



17 DE ABRIL DE 2018
Terça-feira

- GOVERNO REGULA SAQUE DO FGTS PARA AQUISIÇÃO DE ÓRTESE OU PRÓTESE
- PROJETO QUE CRIA FUNDO DE INOVAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS É APROVADO EM TERCEIRO TURNO
- ESTOQUE DE AÇÕES CAI NA JUSTIÇA DO TRABALHO
- NÚMERO DE ACORDOS TRABALHISTAS RECUA 29% NO 1º TRIMESTRE
- PROJETO NA CÂMARA QUER INCENTIVO FISCAL A EMPRESAS DE SP QUE ADOTAREM TELETRABALHO
- PESQUISA APLICADA EM SISTEMAS DE MANUFATURA, ELABORAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESSOS DE FABRICAÇÃO
- BELTRAME: CRUZAMENTO DE DADOS E PERÍCIAS GERARAM CORTE DE MILHARES DE BENEFÍCIOS
- ANGLO DÁ INÍCIO A FÉRIAS DE 766 EMPREGADOS
- INDÚSTRIA PAULISTA TEM SALDO POSITIVO DE 10 MIL VAGAS EM MARÇO, DIZ FIESP
- ELON MUSK ADMITE QUE ERROU: O EXCESSO DE AUTOMAÇÃO CAUSOU PROBLEMAS PARA A TESLA
- O PREÇO PAGO PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS PARA GANHAR MILHÕES DE REAIS DE UMA SÓ VEZ
- STARTUP FATURA R\$ 1 MILHÃO POR MÊS GERANDO BOLETOS PARA PEQUENOS EMPRESÁRIOS
- EMPRESA USA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA OTIMIZAR GESTÃO
- INDÚSTRIA PAULISTA CRIA 23 MIL VAGAS NO 1º TRIMESTRE, MELHOR RESULTADO DESDE 2013, APONTA FIESP
- FABRICANTES APOSTAM EM P&D PARA CRESCER
- ENTIDADES SINDICAIS ORGANIZAM PARALISAÇÃO NA ELETROBRAS CONTRA PRIVATIZAÇÃO

- EDITORIAL: A FORMA DE CONSUMIR PODE CONTRIBUIR (E MUITO) PARA ENFRENTAR O AQUECIMENTO GLOBAL
- BRASIL VAI CRESCER MAIS EM 2018 E 2019, MAS AINDA FICA LONGE DA MÉDIA GLOBAL, PREVÊ FMI
- CARGA DE ENERGIA ELÉTRICA SOBE 2% EM MARÇO, DIZ ONS
- JURO DO CHEQUE ESPECIAL VARIA DE 20% A 500% AO ANO; MAIORES BANCOS CONCENTRAM TAXAS MAIS ALTAS
- IPC-FIPE CAI 0,01% NA 2ª QUADRISSEMANA DE ABRIL
- TRUMP RESISTE À ENTRADA DO BRASIL NA OCDE
- USIMINAS ANUNCIA REATIVAÇÃO DE ALTO FORNO 1 PARA ATENDER CRESCIMENTO DE DEMANDA
- CEMIG QUER COMPRAR ENERGIA DE USINAS EÓLICAS E SOLARES EM CONTRATOS DE 20 ANOS
- DIESEL E GASOLINA DA PETROBRAS RENOVAM MÁXIMAS
- DIVISÃO DE CAMINHÕES DA VOLKSWAGEN ESTÁ ABERTA À COMPRA DE FATIA MAJORITÁRIA NA NAVISTAR
- FABRICANTES DE CAMINHÕES JÁ OLHAM PARA EXPANSÃO DE 30%
- CHINA VAI ACABAR COM RESTRICÇÕES AO CAPITAL ESTRANGEIRO EM MONTADORAS
- COMPRAS DAS MONTADORAS DEVEM CRESCER DE 15% A 20% ESTE ANO
- SINDIPEÇAS ACREDITA NA RETOMADA EM 2018
- MAIS TECNOLOGIA ELEVA OS PREÇOS DOS CARROS NO BRASIL
- CAMINHÕES TERÃO ALTA DE 27,5% EM 2018, DIZ CARCON AUTOMOTIVE
- IHS MARKIT PREVÊ ATRASO DE 10 ANOS EM PROJEÇÕES
- ANFAVEA CONFIA NA APROVAÇÃO DO ROTA 2030 PARA MAIO

CÂMBIO		
EM 17/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,402	3,402
Euro	4,199	4,201

Fonte: BACEN

Governo regula saque do FGTS para aquisição de órtese ou prótese

17/04/2018 – Fonte: COAD

Foi publicado no Diário Oficial de hoje, 17-4, o Decreto 9.345, de 16-4-2018, que altera os artigos 35 e 36 do Decreto 99.684, de 8-11-90, que consolida as normas relativas ao FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

De acordo com o Ato em referência, a conta vinculada do FGTS do trabalhador com deficiência, observado o disposto no inciso XVIII do artigo 20 da Lei 8.036, de 11-5-90, poderá ser movimentada para a aquisição de órtese ou prótese, mediante prescrição médica, com vista à promoção da acessibilidade e da inclusão social.

O saque será efetuado mediante:

- a) laudo médico que ateste a condição de pessoa com deficiência, a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa menção correspondente à classificação de referência utilizada pela OMS - Organização Mundial da Saúde; e
- b) prescrição médica que indique a necessidade de órtese ou prótese para a promoção da acessibilidade e da inclusão social do trabalhador com deficiência.

Os documentos constantes das letras "a" e "b" devem ser emitidos por médico devidamente identificado por seu registro profissional, em conformidade com as normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina.

Vale ressaltar que, para efeito da movimentação da conta vinculada na referida hipótese, considera-se:

- a) trabalhador com deficiência - aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física ou sensorial; e
- b) impedimento de longo prazo - aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos e que, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir a participação plena e efetiva do trabalhador na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Caixa Econômica Federal editará, no prazo de até 120 dias, contado de 17-4-2018, atos normativos referentes aos procedimentos administrativos e operacionais a serem observados para a movimentação das contas vinculadas, tais como valor limite movimentado por operação e o interstício mínimo entre movimentações realizadas em decorrência da referida aquisição, que não poderá ser inferior a 2 anos.

Projeto que cria Fundo de Inovação das Micro e Pequenas Empresas é aprovado em terceiro turno

17/04/2018 – Fonte: ALEP



Sessão Plenária 16/04/2018. / Foto: **Pedro de Oliveira/Alep**

O projeto de lei que institui o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (Fime/PR) foi aprovado em terceiro turno de votação na sessão plenária desta segunda-feira (16), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

Segundo o texto, assinado pelo Poder Executivo, o fundo será de natureza contábil e vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), com a finalidade de financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para o setor.

Com a matéria, foi aprovada uma emenda que visa garantir o efetivo repasse do percentual de 1% da receita tributária ao financiamento de pesquisas nas instituições de pesquisa do Estado, Iapar, universidades estaduais e Tecpar.

Segundo a proposta de nº [99/2018](#), a instituição do Fime/PR se faz necessária tendo em vista que a inovação e o conhecimento são a força motriz do desenvolvimento regional sustentável e, por isso, é preciso criar mecanismos de estímulo ao setor, ampliando a capacidade competitiva das micro e pequenas empresas.

O fundo também tem como objetivo, segundo o Executivo, fomentar a economia por meio de transferência de conhecimento das instituições científicas e tecnológicas do estado do Paraná.

Estoque de ações cai na Justiça do Trabalho

17/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Após reforma trabalhista, litígios pendentes recuam 6,4% em fevereiro, primeira queda em 5 anos

O chamado estoque de processos —volume de litígios à espera de solução— nas Varas do Trabalho de todo o país registrou a primeira queda em cinco anos. A retração foi de 6,4% em fevereiro deste ano.

Pode parecer pouco, mas desde 2014, ano em que a série histórica está disponível nos relatórios do TST (Tribunal Superior do Trabalho), o volume de processos crescia.

Entre 2014 e 2017, o estoque passou de 1,5 milhão para 1,8 milhão de processos. Ao final de fevereiro, porém, havia 1,7 milhão de ações no aguardo de sentença na primeira instância. No país, há 1.587 varas.

A redução do estoque ocorre principalmente por causa da queda no ingresso de novos processos. Entre dezembro e fevereiro de 2018, as varas receberam 48,3% menos ações em relação à passagem de 2016 para 2017 — 295,5 mil ante 571,5 mil. A reforma trabalhista entrou em vigor em novembro.

“Com a redução na entrada de novos processos, foi possível fixar uma agenda de trabalho mais racional, e isso se reflete no estoque”, diz Flávio Roberto Batista, professor de direito do trabalho da USP.

De acordo com Batista, o maior gargalo na Justiça do Trabalho é a fase de cumprimento da decisão judicial. “Com a queda de novos processos, somada à questão de a ação trabalhista, em geral, ser julgada na audiência, as coisas vão ficando em dia”, afirma Batista.

De janeiro a fevereiro, foram iniciadas quase 104 mil execuções —queda de 14,3% ante 2017— e encerradas 90,7 mil, uma redução de 7% em relação ao ano anterior. Fevereiro fechou com 2,6 milhões de execuções pendentes, recuo de 0,6% sobre o mesmo período de 2017.

A projeção entre os especialistas é que esse novo ritmo abre uma perspectiva positiva para o tempo de tramitação. “Nesse caminho, a Justiça do Trabalho vai desafogar em curto espaço de tempo”, diz o professor de direito do trabalho da FGV Direito SP Paulo Sergio João.

SEM PRESSA

O volume menor de processos não significou, no entanto, que os julgamentos foram acelerados em igual proporção. Entre dezembro de 2017 e fevereiro deste ano, os juizes trabalhistas proferiram quase 2% menos sentenças. Os casos julgados caíram de 490,2 mil para 481,4 mil.

“A tendência seria produtividade maior tendo em vista a queda”, diz Orlando Antonio Mongelli Neto, do Mongelli e Ferraresi Advogados.

Para Noemia Porto, vice-presidente da Anamatra (associação dos juizes do trabalho), há insegurança quanto às novas regras. “A lei da reforma alterou mais de cem dispositivos da CLT, é um impacto estrutural na legislação do trabalho. Esse é um momento de cautela para todos”, diz.

Especialistas estimam, porém, que a redução de novos processos não se sustentará no longo prazo. “Haverá reequilíbrio. Hoje, muitas ações estão represadas nos escritórios”, diz Mayra Palópoli, do escritório Palópoli & Albrecht.

Procurado, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) disse que não iria se pronunciar.

'AÇÃO AVENTUREIRA'

Alterações na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que tornaram o trabalhador passível de responsabilidade por pagamentos como perícias e honorários de sucumbência —indenização para cobrir os custos da parte vencedora com advogados— ajudaram a reduzir “ações aventureiras” na Justiça, avaliam advogados da área.

“A situação ficou menos cômoda para o empregado em alguns casos, como no adicional de insalubridade. Antes, se o trabalhador pedisse adicional de periculosidade, por exemplo, e perdesse, tudo bem, era a empresa que arcava com o custo da perícia”, diz Nelson Mannrich, do escritório Mannrich e Vasconcelos e professor da USP.

“Agora, isso mudou, se o empregado solicitou e o perito não encontrou agente agressivo, é o trabalhador que vai arcar com o custo”, afirma Mannrich.

Nos dois primeiros meses de 2018, o assunto mais recorrente entre novos processos que entraram nas Varas do Trabalho foi o pedido de aviso prévio. Foram 57,7 mil novas ações sobre o tema.

Em segundo está a solicitação de multa de 40% do FGTS (47,1 mil processos), seguida pela multa do artigo nº 477 da CLT, de atraso no pagamento das verbas rescisórias (46 mil processos). Adicional de insalubridade ficou em 15º lugar, somando 16,7 mil ações.

Para Mayra Palópoli, do escritório Palópoli & Albrecht, o menor número de “ações aventureiras” pode explicar a dificuldade de os juizes acelerarem os julgamentos. “Elas eram mais fáceis de serem sentenciadas, com maior o número de improcedência. Hoje, o juiz precisa se debruçar mais sobre processo.”

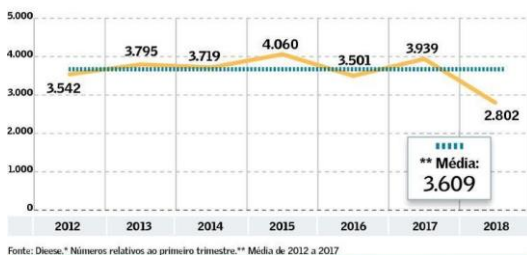
Número de acordos trabalhistas recua 29% no 1º trimestre

17/04/2018 – Fonte: Valor Econômico

O número de acordos e convenções coletivas registrados no Ministério do Trabalho caiu de forma expressiva nos primeiros meses deste ano, em relação ao ano passado, e também à média dos últimos cinco anos, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe-USP).

Acordos em queda

Instrumentos coletivos registrados no Mediador*



O recuo indica que patrões e empregados têm tido mais dificuldade em chegar a bom termo nas negociações este ano, segundo sindicatos e especialistas. Pontos da reforma trabalhista estariam contribuindo para o impasse entre ambos os lados.

De acordo com o Dieese, 2.802 acordos foram registrados no primeiro trimestre, 29% menos que em igual período do ano passado, quando o número foi de 3.939. A média entre 2012 e 2017 foi de 3,8 mil. Os números de janeiro a março referem-se a instrumentos coletivos acordados para 2018.

De acordo com o Dieese, 2.802 acordos foram registrados no primeiro trimestre, 29% menos que em igual período do ano passado, quando o número foi de 3.939. A média entre 2012 e 2017 foi de 3,8 mil. Os números de janeiro a março referem-se a instrumentos coletivos acordados para 2018.

No levantamento da Fipe, que leva em conta o mês de início dos acordos, houve 1.841 acordos fechados no primeiro bimestre, de uma média de 2,8 mil nos cinco anos anteriores. A média dos cinco anos é de 2,8 mil acordos. Esses acordos não são necessariamente salariais. Eles podem conter negociações como compensação de feriados, banco de horas, PLR, entre outros

Para Helio Zylberstajn, coordenador do boletim Salariômetro, há cautela de ambos os lados sobre o que pode ser incluído ou não nos acordos. Um dos pontos polêmicos, diz, é o fim da contribuição sindical, uma das principais formas de financiamento dos sindicatos, extinta pela nova lei.

"Sindicatos têm procurado incluir cláusula para autorizar o desconto em salário, mas algumas empresas se negam por receio de cometer uma ilegalidade", afirma. Segundo ele, há muita dúvida sobre o que pode ser questionado posteriormente na Justiça.

De outro lado, sindicatos pressionam por manter as cláusulas dos acordos feitos antes do início da vigência da reforma, em novembro de 2017. No ano passado, por exemplo, o acordo feito pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC incluiu uma cláusula para que as alterações na CLT previstas pela reforma trabalhista não sejam aplicadas sem negociação.

Sergio Butka, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Curitiba, afirma que desde o início da crise econômica houve dificuldade para renovar acordos individuais (feitos empresa por empresa), mas agora a situação piorou. Nas negociações deste início de ano, o contingente de trabalhadores protegidos por acordos individuais passou de 90% para 60% do total.

Butka diz que os acordos individuais complementam a convenção coletiva (que abrange toda a categoria). "Fechada a convenção, fazemos acordos individuais com cada empresa para melhorar pontos como participação nos lucros."

Segundo o sindicalista, alguns segmentos do setor metalúrgico paranaense não fecharam convenção no início do ano por causa de itens trazidos pela reforma como,

por exemplo, a não obrigatoriedade de fazer a rescisão do contrato no sindicato. "É preferível ficar sem convenção que ratificar itens da reforma nos acordos", diz ele

Com data-base vencida em março, os professores do ensino básico no setor privado em São Paulo estão sem acordo em vigor. Segundo Luiz Antonio Barbagli, presidente do Sinpro, sindicato da categoria, pela primeira vez desde 2003 patrões e empregados do setor irão a dissídio. Segundo Barbagli, as cláusulas do acordo, basicamente as mesmas há 20 anos, não foram renovadas. Com a inflação do INPC abaixo de 2% em 12 meses, a reposição salarial não tem sido um entrave, diz.

Entre as propostas das escolas sobre as quais não houve acordo estão a redução do recesso escolar de 30 para 20 dias. Para Barbagli, a reforma reduziu o poder de pressão dos sindicatos, porque permite negociações diretas com os empregados, por isso não há interesse em fechar acordos.

Benjamim Ribeiro da Silva, presidente do sindicato patronal das escolas, o Sieeesp, diz que as condições previstas nos acordos precisam ser atualizadas. "Queremos reduzir o recesso porque há dificuldade em completar 200 dias de aulas no ano. Há dificuldade em fazer compensação de feriados e queremos normatizar o banco de horas", afirma ele.

Para Luis Ribeiro, técnico do Dieese, a queda nos acordos é um indicativo de negociações mais difíceis. Ele pondera que a reforma pode ser uma causa, mas é preciso cautela na avaliação. "Pode ser que as negociações estejam mais duras, pode ser que estejam mais demoradas. Ou os sindicatos podem ter deixado de registrar os acordos no sistema", diz. Ribeiro ressalta, porém, a insegurança jurídica.

"Ainda não há jurisprudência sobre a reforma. Há uma insegurança geral de ambos os lados", diz. Ele lembra que a MP que iria alterar alguns pontos polêmicos da reforma vai perder a validade no fim deste mês, se não for votada pelo Congresso, o que contribui para a incerteza geral.

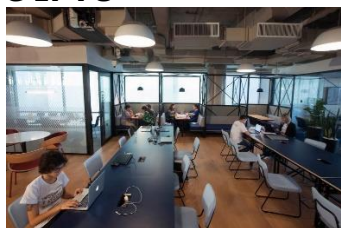
Apesar da dificuldade nas negociações, caiu o número de dissídios que deram entrada no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que cobre São Paulo (região metropolitana e Baixada Santista).

De acordo com o tribunal, 16 dissídios foram distribuídos no primeiro trimestre deste ano, ante 70 no mesmo período do ano passado e 64 nos primeiros três meses de 2016. Havia 1.029 dissídios pendentes de julgamento no período, ante 1.136 e 1.126 nos mesmos períodos em 2017 e 2016, respectivamente.

Projeto na Câmara quer incentivo fiscal a empresas de SP que adotarem teletrabalho

17/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Entidades de tecnologia e telecomunicações pressionam por isenções de ISS e IPTU



Espaço de coworking em São Paulo - Egberto Nogueira

Um projeto de lei que deve ser apresentado ainda neste ano na Câmara Municipal de São Paulo vai propor a redução de tributos, como ISS (Imposto sobre Serviço) e IPTU,

a empresas de determinados setores que permitirem a seus empregados trabalharem de casa.

Entre as beneficiadas estariam companhias de telemarketing e de serviço de help desk.

Introduzido no Brasil em 1997, o teletrabalho só foi regulamentado pela reforma trabalhista de 2017, em vigor desde novembro.

A iniciativa do projeto de lei é do vereador José Police Neto (PSD), membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara.

Segundo Police Neto, já houve tentativa de inserir emenda sobre o tema na lei que definiu a tributação de serviços de streaming como Netflix e Spotify na cidade.

"Ela não foi aprovada naquele momento e agora estamos estruturando um projeto de lei", afirmou o vereador.

O esforço é para apresentar o primeiro texto legislativo até 28 de junho e aprovar o projeto de lei até 12 de dezembro.

Empregadores defendem que o modelo de teletrabalho, além de diminuir o tempo de deslocamento dos trabalhadores, reduziria custos, ampliaria a oferta de mão de obra e estimularia economias locais.

Para Sergio Paulo Gallindo, presidente executivo da Brasscom (associação das empresas de tecnologia da informação e comunicação), a Prefeitura deve promover a redução de ISS para que as empresas custeiem a adoção e manutenção do teletrabalho.

Ele defende também incentivos de IPTU ao empregado que usa sua casa como escritório, "porque ele está doando um pedaço do seu espaço para um benefício social maior".

A Secretaria Municipal da Fazenda não tem, até o momento, porém, um estudo de viabilidade dessas isenções e possíveis impactos sobre a arrecadação.

Otávio Carneiro de Souza Nascimento, chefe da assessoria econômica da secretaria, afirma que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para os próximos três anos, apresentada na semana passada, já prevê R\$ 250 milhões em incentivos fiscais.

"O tema do teletrabalho é super importante, mas temos que pensar em meios de incentivos que fujam do fiscal", afirmou. Segundo Nascimento, mais de 20% dos funcionários da Fazenda municipal estão em regime de teletrabalho.

Police afirma que é preciso mudar a concepção de incentivo fiscal. "O fisco continua errando na forma como dá o incentivo. A lógica sempre foi territorial: tem o benefício a empresa que leva sua planta para determinada região da cidade. Queremos mudar a tese: tem o benefício quem emprega sem fazer seu trabalhador se deslocar", diz.

Para Wolnei Tadeu Ferreira, diretor jurídico da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos), conforme a isenção fiscal fomentar, sobretudo, o setor de serviços, haverá conversão em faturamento e ganhos econômicos.

MOBILIDADE

Na região metropolitana de São Paulo, são cerca de 43 milhões de deslocamentos diários, 46% deles a trabalho, aponta Guillermo Petzhold, especialista em mobilidade urbana da ONG WRI Brasil.

"O teletrabalho tem a vantagem do ganho de tempo, mas uma solução nunca será boa para todos. As empresas devem oferecer um cardápio de opções para que os funcionários mudem seus hábitos de deslocamento, seja promovendo a caminhada, o uso da bicicleta, a carona ou o transporte coletivo", diz Petzhold.

Pesquisa da consultoria em recursos humanos SAP com 325 empresas no Brasil, a maioria da iniciativa privada, apontou que, entre 2015 e 2016, 37% das companhias pesquisadas apresentavam a prática de home office (teletrabalho em domicílio). Dessas, 89% usavam a modalidade para atrair colaboradores, e 87%, para otimizar processos internos.

"No caso dos call centers, por exemplo, geralmente o perfil do funcionário é de primeiro emprego, o que gera alta rotatividade na equipe. Quando a empresa leva o trabalho até a residência da pessoa, consegue atingir um público diferente, a dona de casa, o professor aposentado, que vai diminuir a rotatividade, aumentando produtividade", diz Thiago Paretti, vice-presidente de negócio da Mutant, empresa que desenvolve tecnologias para companhias instaurarem o teletrabalho.

À época, o principal fator de risco levantado pelas empresas para a prática era o legal (66%), e mais de 60% das companhias disseram acreditar que a modalidade precisava ser regulamentada.

"Preocupações com questões legais estão eliminadas pela reforma trabalhista", diz Cléo Carneiro, presidente da Sobratt (Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades).

Pesquisa aplicada em sistemas de manufatura, elaboração de produtos e processos de fabricação

17/04/2018 – Fonte: Diário do Comércio

O Instituto Senai de Tecnologia Metalmeccânica é o segundo dos institutos inaugurados e realiza serviços e pesquisa aplicada nas áreas de sistemas de manufatura, de desenvolvimento de produtos, de processos de fabricação e de tecnologia de materiais.

O IST Metalmeccânica assume a missão de desenvolver, implementar e otimizar processos, produtos e equipamentos, até que estes estejam prontos para o uso e para o mercado. O instituto atua em duas áreas principais, compostas por cinco laboratórios. São elas: Sistemas de Manufatura (Laboratório de Simulação da Manufatura; Laboratório de Automação e Robótica) e Processos de Manufatura (Laboratório de Fabricação; Laboratório de Testes Mecânicos; Laboratório de Metrologia).

O instituto possui alta capacidade tecnológica. Exemplo é a plataforma de softwares, que tornam possíveis análises simultâneas de fluxo de material e de energia, análises ergonômicas e desenvolvimento de estratégias eficientes de usinagem. Além disso, o IST Metalmeccânica tem equipamentos de última geração de medição a laser, aplicados ao controle de processos de Manufatura de Grandes Equipamentos.

A diretora do IST, Luciene Ferreira, destaca a atuação do órgão: "Nosso papel é o de atender a diversos tipos de indústrias e de todos os portes. Temos equipe especializada e capacitada para suprir demandas de setores como o naval e a aeronáutica, por exemplo", conclui.

Resultados para a indústria:

- Análise e desenvolvimento de processos de fabricação (usinagem);
- Análise de processos de corte e de união de materiais;
- Prototipagem rápida: fabricação de protótipos funcionais;

- Simulação de fábrica;
- Eficiência energética na manufatura;
- Automação da manufatura;
- Metrologia de grandes volumes.

Beltrame: cruzamento de dados e perícias geraram corte de milhares de benefícios

17/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame, disse que o cruzamento de bases de dados do governo e perícias que deixaram de ser realizadas geraram o cancelamento de milhares de benefícios de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e Bolsa Família.

Segundo ele, um pente-fino realizado entre agosto de 2016 e março deste ano encontrou 552,9 mil benefícios de auxílio-doença que não passavam por revisão há mais de dois anos, sendo que a regra é a cada seis meses. Até agora, 279 mil revisados, dos quais 228 mil foram cancelados, média de 82% – ou por irregularidade, ou por não-comparecimento do beneficiário.

Em agosto de 2016 e março de 2017, a economia com auxílio-doença foi de R\$ 7,6 bilhões. Mantida a média de cancelamentos, a economia pode atingir R\$ 15,7 bilhões. “Isso é mais do que a privatização da Eletrobras”, disse Beltrame. Em 2016, a folha de pagamento do auxílio-doença era de R\$ 27,8 bilhões anuais, com 1,8 milhão de beneficiários. Em dezembro deste ano, segundo o ministro, o gasto deve atingir R\$ 20 bilhões, com 1,1 milhão de beneficiários.

Um exemplo citado pelo ministro foi o de gestantes que receberam auxílio-doença por estarem hipertensas durante a gravidez, mas que continuaram com o benefício por dez anos. “Encontramos pessoas absolutamente saudáveis no momento da perícia, que tinham direito ao benefício no momento em que foi concedido, mas que se acostumaram e se acomodaram nessa situação”, disse ele, para quem houve “desleixo” na gestão dos recursos públicos.

No caso das revisões de aposentadoria por invalidez, cuja revisão deve ser feita a cada dois anos, até agora, 43 mil foram revisadas, e o índice de cancelamento é de 30%. Ao todo, 1 milhão de benefícios serão revisados. Como há uma regra de transição entre a invalidez e o retorno ao trabalho, neste ano, a economia deve ser de R\$ 500 milhões. Em 2019, o potencial é de R\$ 5 bilhões, mantida a média de cancelamento.

“Encontramos cegos que dirigem e possuem carteira de motorista, pessoas que foram cadeirantes em algum momento, devido a acidentes, e hoje caminham, alguns até são maratonistas”, afirmou Beltrame. “Entre 2016 e 2019, devemos atingir R\$ 20 bilhões de economia”, acrescentou.

No caso do Bolsa Família, o ministro disse que o cruzamento de dados do Cadastro Único com dados do Ministério do Trabalho, como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), evitaram que famílias não enquadradas nos critérios do programa fossem beneficiadas indevidamente.

Antes, o cruzamento era realizado em dezembro de um determinado ano com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do ano anterior, o que permitia que a inconsistência somente fosse descoberta dois anos depois.

Segundo Beltrame, 5,2 milhões de famílias que não tinham direito ao Bolsa Família foram retiradas do cadastro, enquanto 4,8 milhões que se enquadravam nos critérios de elegibilidade foram incluídas no programa. O ministro do Planejamento, Esteves

Colnago, esclareceu que a economia fiscal não é o foco das revisões, no caso do Bolsa Família, mas uma consequência.

“Nesse cruzamento, encontramos muitos mortos recebendo Bolsa Família”, afirmou Beltrame. No primeiro pente-fino, segundo ele, a retirada de beneficiários gerou uma economia potencial de R\$ 2 bilhões em 2016 e 2017, que permitiu que aqueles que tinham direito recebessem os valores devidos. “Além da economia, conseguimos pela primeira vez zerar a lista de espera, que era de 1 milhão de famílias. Conseguimos focar o Bolsa Família naqueles que realmente precisam”, disse.

No caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), há 4,4 milhões de beneficiários, entre idosos e pessoas com deficiência com baixa renda, que integram a folha. O critério é que a renda per capita seja inferior a 25% do salário mínimo.

“Encontramos 151 mil beneficiários com renda acima de meio salário mínimo per capita, e, em alguns casos, até seis salários mínimos per capita”, afirmou Beltrame. O cruzamento de dados encontrou ainda 17 mil mortos como beneficiários, alguns há anos. A economia potencial, segundo ele, é de R\$ 1 bilhão por ano.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gleysson Rubin, o governo conseguiu unir 14 bancos de dados e 7,4 bilhões de registros em bases de diversos órgãos do governo. Colnago disse que essas bases serão atualizadas mensalmente. Outras cinco bases serão agregadas em breve.

“O governo precisa olhar as despesas que faz para garantir que os recursos sejam bem alocados”, afirmou Colnago, citando o teto de gastos. “Isso nos obriga a melhorar a qualidade do gasto.”

Anglo dá início a férias de 766 empregados

17/04/2018 – Fonte: Diário do Comércio

A Anglo American afirmou ontem que começam nesta terça-feira as férias coletivas por 30 dias de 766 empregados das operações de minério de ferro das unidades do Minas-Rio, paralisadas em função de vazamentos no mineroduto da empresa.

As atividades da companhia estão suspensas desde 29 de março, em função dos incidentes - a empresa havia anunciado as férias coletivas no início do mês, sem dar muitos detalhes.

Naquela oportunidade, ela havia dito que as atividades de produção e escoamento de minério de ferro no sistema Minas-Rio ficariam paralisadas por cerca de 90 dias, para a conclusão de inspeções no mineroduto.

As férias coletivas envolvem as áreas operacionais - como mina, beneficiamento e filtragem - em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e afetam cerca de 20% do efetivo total da empresa no Brasil, sendo 36% do Minas-Rio.

Atividades essenciais à segurança e à integridade das pessoas e das estruturas serão mantidas, afirmou a empresa, que também transferiu temporariamente 98 profissionais do Minas-Rio para as operações de níquel em Goiás, que seguem normalmente.

As alternativas contratuais com trabalhadores após o período de férias coletivas serão discutidas com o sindicato hoje.

“A empresa não está poupando esforços para preservação dos vínculos de trabalho com seus empregados, haja vista a perspectiva de retomada das operações, quando concluída a investigação das causas dos incidentes”, afirmou.

A mineradora estimou anteriormente em R\$ 60 milhões o custo total das ações de reparação e recuperação operacionais, econômicas e socioambientais decorrentes dos incidentes com o mineroduto em Santo Antônio do Grama (MG).

O montante, contudo, não considera prejuízos decorrentes da paralisação das exportações.

Indústria paulista tem saldo positivo de 10 mil vagas em março, diz Fiesp

17/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A geração de postos de trabalho pela indústria paulista teve um saldo positivo de 10 mil vagas em março, revelaram nesta segunda-feira, 16, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). O resultado supera o registrado em igual mês de 2017 (9.500 vagas), representando uma alta mensal de 0,48% na comparação sem ajuste sazonal.

No primeiro trimestre de 2018, a geração de vagas no setor industrial paulista chegou à marca de 23 mil, melhor nível desde 2013, quando haviam sido criadas 34.500 vagas.

O setor que mais contribuiu para o volume mensal foi o sucroalcooleiro, com 5.183 vagas (52% do total), beneficiado pela época de safra da cana-de-açúcar. Já no acumulado do ano, o segmento contribuiu com 6.657 postos de trabalho. Pela definição adotada pela Fiesp, os empregos no setor sucroalcooleiro compreendem as atividades de 'fabricação de açúcar bruto', 'fabricação de açúcar refinado' e 'fabricação de álcool'.

Também tiveram destaque os setores industriais de 'Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis', com 2.582 vagas líquidas; 'veículos automotores' (1.788) e 'couro e calçados' (777). Entre os destaques negativos, a 'confecção de artigos do vestuário e acessórios' destruiu 1.300 vagas, enquanto o setor de 'produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos' encerrou 525 postos de trabalho.

No caso de 'Produtos Alimentícios', houve saldo líquido de 4.349, lembrando que o segmento sucroalcooleiro faz parte desta categoria. Na prática, portanto, foram destruídos 834 postos de trabalho no setor, quando excluído o saldo líquido registrado pela indústria da cana-de-açúcar.

Para o segundo vice-presidente da Fiesp e diretor titular de seu Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia, José Ricardo Roriz Coelho, o crescimento da economia indica uma recuperação, mas em ritmo ainda abaixo do desejado.

"Continuamos com a recuperação do emprego. Ela é lenta, com um crescimento não tão forte como gostaríamos, por alguns problemas de rota. Agora, nossa preocupação é que esse crescimento passe a ter ritmo mais acelerado", já que no segundo semestre, diz, a tendência é de redução de vagas. "Se reformas como a da Previdência tivessem sido feitas, acredito que a situação seria bem melhor", afirma Roriz.

Na análise por regiões, foi verificado saldo positivo em 23 das 36 áreas pesquisadas.

Outras cinco se mantiveram estáveis, enquanto houve queda do número de vagas em outras oito regiões. "Como destaques positivos, Sertãozinho teve 4,75% de crescimento no número de postos de trabalho. Na região de Bauru, o crescimento foi de 1,96% e na de Presidente Prudente, de 1,63%", explica a Fiesp.

Elon Musk admite que errou: o excesso de automação causou problemas para a Tesla

17/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Empresário reconheceu que o atraso na linha de produção do Model 3 tem relação com a quantidade de tecnologia aplicada nas fábricas da empresa



Fábrica da Tesla, nos Estados Unidos: excesso de automação está causando atrasos para a empresa Jasper Juinen/Bloomberg

O excesso de automação está causando problemas para a Tesla, conforme analistas do setor apontavam. Agora, o próprio CEO da empresa, Elon Musk, admite isso. Ele reconheceu que o atraso na linha de produção do Model 3 tem relação com a quantidade de tecnologia aplicada nas fábricas da empresa.

Em seu Twitter, na semana passada, afirmou que “a automação excessiva na Tesla foi um erro. Mais precisamente, um erro meu. Os humanos são subestimados”.

Musk também deu uma entrevista sobre o tema à rede americana de televisão CBS em que disse ter “se livrado” dessa linha de robôs - mas não precisou qual será a solução para o atraso na produção dos veículos.

O bilionário chegou a admitir estar trabalhando noite e dia - e eventualmente dormindo na fábrica. Ainda assim, afirmou nas redes sociais que a montadora será rentável nos terceiro e quarto trimestres deste ano sem precisar de investimentos adicionais.

Analistas do setor apontavam os problemas do excesso de automação

Em março, a Bernstein fez um relatório em que dizia que a obsessão por automação do empreendedor estaria custando mais que a receita da empresa. “Acreditamos que a Tesla foi ambiciosa demais com automação no Model 3”, disse o relatório. “A empresa não automatizou apenas a estamparia, pintura e soldagem, mas tentou automatizar a montagem final”, prossegue. “É aí que a Tesla parece estar enfrentando problemas”.

Além disso, a Tesla aparentemente não está economizando com essa automação excessiva. Os analistas calculam que o nível de robotização da empresa consegue cortar algo em torno de US\$ 150 por carro em cargos de fábrica - mas gasta US\$ 100 para pagar o salário de um engenheiro qualificado para programar essas máquinas.

“Além disso, colocar automação na planta parece envolver custos capitais US\$ 4.000 mais altos por unidade do que uma fábrica normal”, diz o texto.

Os analistas destacam que montadoras japonesas costumam limitar a automação porque “é cara e estatisticamente se relaciona inversamente com qualidade”. Por isso, as companhias asiáticas tendem a focar primeiro em fazer as coisas corretamente, para depois investir em robôs.

Outras empresas, como a Fiat e a Volkswagen, pontuam os analistas, tentaram automatizar todo o processo antes - e falharam. Endividada, a Tesla provavelmente não conseguiria lidar com um problema desses por muito tempo.

O preço pago pelas empresas brasileiras para ganhar milhões de reais de uma só vez

17/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Pesquisa inédita revela panorama no mercado de private equity, investimento que já "bombou" empresas com a XP Investimentos e a Movile



As empresas brasileiras estão descobrindo uma forma de ganhar milhões de reais numa tacada só. Cada vez mais comuns no país, os investimentos estilo *private equity* partem de R\$ 20 milhões. É um jeito rápido de vitaminar a empresa, sem depender do faturamento. Mas nem tudo são flores na vida de quem aceita dinheiro de "estranhos".

O *private equity* tem um "jeitinho brasileiro" próprio. Lá fora, em geral as empresas se vendem para os fundos, que ajeitam a casa e depois revendem para um concorrente ou um fundo maior. Aqui o fundo vira sócio. Entra com o dinheiro em troca de uma parcela da empresa, e do direito de interferir nos rumos do negócio.

"É uma característica única do Brasil e de mercados emergentes. Porque aqui as empresas ainda dependem do dono, são de tamanho médio e não são tão profissionalizadas", explica Luiz Penno, da Ártica, boutique financeira especializada em aquisições.

A Ártica assina, junto com a Endeavor e o Insper, um estudo inédito sobre *private equity* no Brasil. É um tema com informação escassa. Os empresários nem sempre estão dispostos a falar abertamente sobre a relação com seus sócios. Que é sempre difícil — mesmo quando é boa.

Mais de dois terços dos empresários tiveram sucesso em seus investimentos. Mas mesmo quem viveu um final feliz entrou em conflito com os fundos.

A cada três entrevistados, dois entraram em conflito com os fundos por divergência no negócio. Um terço brigou na hora de sair. Os investimentos de *private equity* não duram para sempre. Os fundos têm um prazo para sair. O mais comum é que isso aconteça ao final de cinco anos.

"Deveríamos ter sido mais objetivos e menos complacentes com eles. Ficamos um pouco assustados com a entrada deles e não soubemos nos impor e mostrar que nós conhecíamos o negócio e eles não", relatou um empresário, sobre sua experiência.

A intervenção dos fundos não é sem motivo. Em geral eles investem porque veem potencial de crescimento no negócio, e querem vender sua parcela por um valor (bem) superior ao investido. Por isso usam sua experiência de negócios para tentar melhorar a gestão.

Há empreendedores que, hoje, veem os conflitos como algo bom. Um deles contou que a companhia amadureceu mais rápido, porque foi forçada a "buscar por respostas e melhorias" para reagir à demanda que vinha do investidor. Outro viu no convívio com os investidores a oportunidade de "se desenvolver como gestor", quando ainda era jovem.

Mercado mais maduro

De forma geral, Luiz Penna vê um mercado de private equity cada dia mais maduro, no Brasil. Tanto do lado de quem recebe quanto de quem entra com a grana.

"Melhorou a qualidade da sociedade entre fundo e empresário. Essa é uma indústria que, apesar de existir há 20 anos, teve um boom recente. E muitos casos que deram errado são mais antigos. A taxa de insucesso tem caído", avalia.

O empresário apresenta as conclusões do estudo numa palestra para empresários em Curitiba, organizada pelo advogado Antonio Pacheco (da Gaia, Silva, Gaede Advogados), nesta terça-feira (17). Pelo perfil de ter uma economia diversificada, com várias empresas de origem familiar espalhadas por cidades médias, o Paraná pode ter um grande potencial para a modalidade de private equity.

Exemplos

Hoje já há casos de investimento em que os fundos vendem para outros fundos, maiores. Caso da XP investimentos, que vendeu 20,5% para a Actis, em 2010 (por R\$ 100 milhões). O fundo depois vendeu para os britânicos da General Atlantic, que pagou R\$ 430 milhões por 31% da XP. Hoje a corretora negocia com o Cade a entrada do banco Itaú no seu negócio.

Outro processo, comum no exterior, e que começa a surgir, é o de startups que começaram investidas por fundos de capital de risco (venture capital) e hoje migram para o private capital. Caso da Movable, dona do iFood e PlayKids, que no ano passado recebeu R\$ 269 milhões (US\$ 82 milhões) da Innova Capital e do fundo sulafricano Naspers.

Perfil das empresas

Juntas, as empresas entrevistadas na pesquisa da Ártica, Endeavor e Insper receberam R\$ 6,4 bilhões em investimentos. Elas representam cerca de 10% do total de companhias brasileiras que já passaram pelo private equity.

As empresas que recebem aportes em private equity são mais estruturadas, com faturamento que pode partir de R\$ 100 milhões (mas até passar da casa do R\$ 1 bilhão). Os investimentos partem de R\$ 15 milhões e também podem chegar à casa do bilhão.

As saídas dos fundos são variadas. Em um quinto dos casos, os próprios empresários compram novamente a participação dos fundos. A venda para uma empresa concorrente ou de ramo semelhante é o mais comum. Também há casos de venda para outros fundos e de IPO (abertura de capital na bolsa de valores).

Startup fatura R\$ 1 milhão por mês gerando boletos para pequenos empresários

17/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

A Boletobancário.com foi criada para facilitar o serviço de cobrança dos pequenos e micro empresários. Hoje são 10 mil clientes de todo país cadastrados na plataforma.



Matheus Bernert e Eduardo Simioni, os sócios da Boletobancário.com no escritório em Curitiba. Ana Gabriella Amorim Gazeta do Povo

Um sistema de cobrança de boletos independente de banco e com custo vantajoso para ajudar pequenas empresas e microempresários a reduzir despesas e burocracia. Este é o negócio dos sócios Matheus Bernert e Eduardo Simioni e que tem rendido à startup curitibana um faturamento de R\$ 1 milhão por mês, com a perspectiva de bater a marca de R\$ 15 milhões anuais em 2018.

A BoletoBancario.com nasceu em 2000, quando o sócio Simioni voltou da Holanda com a ideia de atender e-commerce com a geração de layout de boletos bancários para bancos. Quatorze anos depois, Bernert entrou na startup com o propósito de ter uma plataforma que ajudasse os pequenos e médios negócios a crescerem.

“Eu sou administrador e trabalhei por cinco anos em multinacional, mas não me encontrei. Eu sou apaixonado por empreendedorismo e o que queria era ajudar os pequenos negócios a expandir seu potencial. Aí surgiu a ideia de criar uma plataforma de pagamento que facilitasse a vida deles”, conta. A startup ainda trabalha com a geração de layout, mas é apenas 2% de toda a demanda.

A guinada da empresa a partir de 2015 ocorreu a partir de uma sacada simples: uma plataforma online em que pequenas e médias empresas e pessoas físicas se cadastram rapidamente – a média é de 3 minutos – e passam a emitir boletos (com escolha de valor, juros e data de vencimento) para que seus clientes paguem as compras. Tudo desvinculado de banco. Ou seja, o empreendedor não precisa, se não quiser, ter uma carteira de cobrança bancária para conseguir emitir e cobrar boletos para o seu negócio.

Pela plataforma é possível emitir relatórios diários dos boletos gerados pagos e não pagos, o que facilita o controle. É tudo online e em tempo real. Dá para ver os clientes inadimplentes e disparar e-mail avisando a eles que o pagamento não foi feito e que ainda dá tempo de finalizar a compra.

“Isso facilita muito a gestão dos pagamentos, que costuma ser uma tarefa complicada e manual, feita por algum funcionário da empresa, e que requer diversas ferramentas para cada etapa de cobrança. Para os pequenos empresários ajuda bastante, pois economiza tempo e mão de obra”, explica Bernert.

Outra vantagem da BoletoBancário.com é que os boletos gerados e não pagos pelos clientes não são cobrados, diferentemente do que ocorre com os bancos. Para os que são pagos, o valor cobrado é de 2,5% em cima do valor da compra. Foram principalmente essas vantagens que fizeram com que a startup tivesse hoje 10 mil clientes ativos na plataforma, alguns grandes, como Netshoes, HDI Seguros e Booking. No total, desde que começaram, passaram por ela cerca de 200 mil.

Mas para chegar a esse número não foi fácil. No começo a startup começou a divulgação entre os amigos dos sócios. Depois, expandiu o boca a boca e passou a investir em marketing digital. Bernert fez cursos na área e contratou alguns consultores do segmento. “Esse foi o pulo do gato, foi assim que conseguimos crescer”, comenta.

Mesmo com o foco no boleto, a empresa tinha uma visão maior e queria expandir o serviço. Hoje conseguiu implementar na plataforma o pagamento também pelo cartão de crédito, débito e viabilizou o pagamento de títulos. Para este semestre tem um novo projeto que vai envolver uma conta digital para reduzir a burocracia para o pequeno empreendedor, mas por enquanto os sócios preferem não revelar os detalhes.

Cultura colaborativa é característica marcanda da startup

A equipe da BoletoBancário.com começou tímida, com apenas cinco pessoas. Aos poucos, ano a ano, foi crescendo, conforme aumentava o número de clientes e, por

consequência, a necessidade de investir em mais funcionários. Hoje são 50 pessoas selecionadas a dedo para atender o número enorme de clientes da empresa.



A equipe da Boletobancario.com, hoje com 50 pessoas, em Curitiba. Ana Gabriella Amorim Gazeta do Povo

Com uma seleção criteriosa, que segundo Bernert costuma ser demorada justamente para conseguir os melhores profissionais, a proposta é ter um time extremamente colaborativo. “Não acreditamos no modelo tradicional de meritocracia do mercado, baseado em metas. Isso fomenta a competição entre os funcionários e faz com que eles não pensem nas oportunidades adjacentes que existem”, conta.

A preocupação com o clima organizacional está também no ambiente de trabalho. O lugar é descontraído e lá os funcionários podem jogar videogame, levar cachorros e fazer massagem. Não há controle de horário.

“Essa forma de tratar os colaboradores deu muito resultado, crescemos muito rápido. Conseguimos achar as pessoas certas com os comportamentos certos e estamos investindo todo nosso lucro nos profissionais”, comenta Bernert.

Empresa usa inteligência artificial para otimizar gestão

17/04/2018 – Fonte: DCI

Otimizar processos e reduzir custos é essencial para qualquer empresa, seja para aumentar a lucratividade ou para enfrentar períodos de crises. E foi para auxiliar gestores nestes dois fatores que a Tevec Metodologias e Sistemas foi criada. “É uma plataforma de inteligência artificial voltada para a melhora da divisão de vendas, visando otimizar toda a cadeia logística das empresas”, explica Fernando Haaland, sócio e diretor financeiro da Tevec.



“Ela trabalha na aplicação de “machine learning” para reconhecimento de padrões de comportamento de demanda, que automatiza todo o processo de previsão e cálculo dos lotes ideais de reposição de produtos nos pontos de venda e nos centros de distribuição, permitindo o controle do planejamento de vendas, nível de serviço e estoques reguladores”, complementa.

Os fundadores da empresa começaram o desenvolvimento da plataforma há cerca de quatro anos, mas, perceberam que, para ganhar escala e aprimorar os procedimentos, seria preciso investir mais em inovação. Para este processo seria necessário injetar mais dinheiro no desenvolvimento da plataforma e a alternativa encontrada foi recorrer a financiamentos. Porém, assim como ocorre com muitas outras startups, o acesso ao crédito passou por algumas dificuldades.

Isto ocorre porque muitas empresas novas não têm histórico de negócios com as instituições financeiras e, principalmente, porque não possuem garantias para assegurar o pagamento do empréstimo. A solução encontrada foi utilizar um fundo garantidor, mecanismo no qual os tomadores pagam uma taxa adicional aos contratos para salvaguardar a operação.

Os fundos garantidores funcionam como uma espécie de “seguro fiança”, aquele utilizado para aluguel de imóvel quando não há fiador ou outro tipo de garantia que possa ser utilizada pelo locatário. A iniciativa ainda é pouco divulgada, mas algumas instituições como a Desenvolve SP, agência do governo paulista que financia o crescimento das pequenas e médias empresas (PMEs), já oferecem recursos que cobrem até 100% do valor financiado ou de parte dele, complementando as garantias tradicionais.

“Além de atuar em favor da ampliação do crédito, esta opção permite que os recursos cheguem a quem precisa a custos menores por ser uma garantia e proteção contra a inadimplência”, explica Brunna Teles, gerente de Fundos de Desenvolvimento da Desenvolve SP.

Em contrapartida, para a obtenção do fundo garantidor, o empresário paga uma pequena taxa. O valor, diz a gerente, depende do montante do empréstimo, e leva em consideração o prazo, o faturamento e a finalidade da operação; e, muitas vezes, pode ser diluído no próprio financiamento. Cerca de 80% das operações que utilizam fundos garantidores na Desenvolve SP são utilizados por startups e pequenas empresas, por exemplo. “Isso mostra o quanto os fundos garantidores servem para atender justamente aquela parcela do empresariado que é mais vulnerável, que tem dificuldade no mercado de ter acesso ao crédito”, avalia Brunna Teles.

No caso da Tevec, a empresa utilizou o fundo para garantir parte do valor do financiamento adquirido em julho de 2016. Para o restante da operação, a startup utilizou carta de fiança bancária. “Com certeza, o fundo tornou nosso empréstimo possível, e ele foi fundamental para o aprimoramento da plataforma. Com isso, mudamos a arquitetura da plataforma deixando-a mais escalável e, assim, conquistamos mais clientes e estamos crescendo mais rápido”, comenta o diretor afirmando que, após os investimentos, o crescimento foi de 150% no ano em número de clientes.

Entre as melhorias inseridas na plataforma com a obtenção do crédito, destaca-se o aperfeiçoamento para otimização do nível de estoque, redução de rupturas e melhorias de processo em toda a cadeia de suprimentos; e o aprimoramento da disponibilidade de produtos nos Centros de Distribuição para atendimento aos canais de vendas. “Com isso, as empresas ganham escala na melhoria no nível de serviço e atendimento ao consumidor”, orgulha-se o diretor da Tevec.

Indústria paulista cria 23 mil vagas no 1º trimestre, melhor resultado desde 2013, aponta Fiesp

17/04/2018 – Fonte: G1

Somente em março, foram criadas 10 mil novas vagas, segundo levantamento.

A indústria paulista criou 23 mil postos de trabalho no 1º trimestre deste ano, segundo divulgou nesta segunda-feira (16) a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Trata-se do maior saldo para um primeiro trimestre desde 2013, quando foram criadas 34.500 vagas.

Somente em março, foram criadas 10 mil novas vagas, segundo o levantamento.

Segundo José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Fiesp, a recuperação da economia está em trajetória de crescimento, ainda que o ritmo esteja aquém do desejado. "Continuamos com a recuperação do emprego. Ela é lenta, com um crescimento não tão forte como gostaríamos, por alguns problemas de rota.

Agora, nossa preocupação é que esse crescimento passe a ter ritmo mais acelerado", avaliou.

Em março, o destaque foi o setor sucroalcooleiro, que devido à época de safra de cana-de-açúcar teve saldo positivo de 5.183 vagas (52% do total dos novos postos industriais).

Dos 22 setores industriais, 14 tiveram aumento do número de postos de trabalho, 2 ficaram estáveis, e 6 apresentaram redução.

Das 36 regiões em que a pesquisa é dividida, 23 tiveram saldo positivo de empregos, 5 se mantiveram estáveis, e em 8 houve redução do número de vagas.

Como destaques positivos, Sertãozinho teve 4,75% de crescimento no número de postos de trabalho. Na região de Bauru, o crescimento foi de 1,96% e na de Presidente Prudente, de 1,63%

Fabricantes apostam em P&D para crescer

17/04/2018 – Fonte: DCI

A indústria química apostou em pesquisa, desenvolvimento e inovação para atravessar o período da crise. Agora, o setor espera colher os frutos dessa estratégia, especialmente com a perspectiva de aumento de demanda no varejo.

"O ano de 2017 foi de muitas incertezas e a nossa empresa investiu e se preparou para passar pela crise. Em 2018, continuamos tecendo parcerias em pesquisa e criação de tecnologias", afirma o gerente de marketing e comunicação da Montana Química, Michel Sentinelo.



O setor químico, que enfrentou queda de faturamento entre 2014 e 2016, voltou a crescer em 2017. As fabricantes ouvidas pela reportagem do **DCI** apontaram que o mercado está reagindo como um todo, mas com o varejo em ritmo mais acelerado.

"O varejo cresce forte, já a indústria está mais desacelerada", aponta Sentinelo. A Montana tem sede em São Paulo e uma filial em Porto Alegre (RS), e atua com produtos de proteção e acabamento de madeiras.

"Esse nicho ainda é pequeno no Brasil. Carece de uma mudança de mentalidade do consumidor de enxergar a madeira como elemento construtivo, não apenas decorativo. É um mercado que tem espaço pra crescer."

A Montana afirma ter renovado seu parque industrial e ter investido no parque fabril para aumentar produtividade, segurança dos processos e modernização dos ativos da empresa durante o período de crise.

A gerente da marca Loctite, da Henkel, Paula Gonçalves, diz que o desenvolvimento de produtos influenciou nos resultados do primeiro trimestre deste ano e que a empresa está otimista para o restante de 2018. "Tivemos resultados positivos, com as inovações ajudando e criando apelo para o mercado de construção."

A Henkel atua nas áreas de tecnologias em adesivos e cosméticos e conta plantas nas cidades paulistas de Diadema, Itapevi e Jundiaí (SP).

"Não paramos nossos investimentos em novas tecnologias. Temos nossos próprios centros de pesquisa." Ela também explica que a empresa desenvolve equipamentos e soluções personalizadas para atender necessidades específicas de clientes.

Paula confirma que o varejo tem demandado mais e também vê crescimento no fornecimento para indústrias.

"Há uma melhoria geral. Atendemos vários setores, automobilístico, eletroeletrônicos e embalagens de alimentos, além da construção civil, a qual esperamos uma melhora no segundo semestre. Se o ritmo for mantido, esse ano será bom", projeta Paula.

Dados preliminares da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) apurados nos dois primeiros meses do ano indicam que as vendas internas de produtos químicos de uso industrial fabricados no Brasil cresceram 6,25% no 1º bimestre em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já o índice de produção apresentou recuo de 5,91% na comparação com os dois primeiros meses de 2016.

De acordo com a entidade, a queda decorre de paradas programadas para manutenção e pelo menor número de dias úteis de 2018, uma vez que o carnaval do ano passado ocorreu no mês de março.

Esse menor volume de produção está refletido no índice de utilização da capacidade instalada, que ficou em 72% na média do primeiro bimestre do ano, contra 77% nos dois primeiros meses do ano passado.

A representante de marketing da Orbi Química, Yolanda Mauro, vê mais otimismo no setor, mas ainda nada comparado aos patamares pré-crise.

"A nossa empresa está batendo metas e há espaço para crescer, com o varejo puxando a demanda. Esperamos crescer em faturamento e em *share* de mercado nesse ano." A companhia, fundada em 2006, possui uma planta em Leme (SP) e desenvolve produtos para os setores automotivos, construção civil e manutenção industrial. "Contamos com laboratório próprio. O segmento em que mais crescemos é na construção", relata Yolanda.

Entidades sindicais organizam paralisação na Eletrobras contra privatização

17/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Funcionários da Eletrobras promovem uma paralisação de 24 horas nesta segunda-feira, 16, em protesto contra a privatização da empresa e de suas subsidiárias, de acordo com informações da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

A entidade afirma ter registros de adesão ao movimento no Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, e Tocantins.

A FNU declarou esta segunda-feira como "Dia Nacional de Luta Contra a Privatização da Eletrobras – defesa do patrimônio público, soberania nacional e segurança

energética". Para a federação, o processo resultará em aumento das tarifas, queda na qualidade dos serviços, demissões e perda da soberania nacional.

A entidade de classe se mobiliza contra a venda da estatal e de suas controladas num momento em que o presidente Michel Temer e seus novos ministros – como Eduardo Guardia (Fazenda) e Wellington Moreira Franco (de Minas e Energia) – procuram reforçar a mensagem de que a privatização da Eletrobras é uma prioridade dos meses finais de gestão, embora o projeto de lei que embasa o processo pouco tenha avançado até agora no Congresso Nacional.

Além disso, a expectativa é de que o Tribunal de Contas da União (TCU) apresente nesta semana suas considerações sobre o edital de venda das distribuidoras operadas pela estatal, permitindo a publicação do documento nos próximos dias, em leilão previsto para ocorrer até o fim de maio.

A FNU classifica a paralisação desta segunda-feira "uma primeira resposta dos eletricitários a essa ofensiva do governo", citando, além de declarações dos ministros, o fato de a comissão especial do projeto de lei de privatização da Eletrobras ter conseguido na semana passada aprovar um cronograma de trabalho com a marcação de duas audiências públicas, a serem realizadas na terça-feira, 17, e quarta-feira, 18.

Além disso, a entidade lembra que a Medida Provisória 814, que retira da lei a proibição de privatizar a Eletrobras e suas subsidiárias, também está avançando, com uma reunião da Comissão Mista marcada para o dia 17 em que está prevista a leitura do relatório final. "Será uma semana decisiva", avaliou.

A federação se organiza para "lotar as audiências" e lista em seu "calendário de lutas", além das reuniões das comissões no Congresso marcadas para esta semana, audiências judiciais marcadas para a semana que vem, relacionada ao processo de alegado "Assédio Moral Coletivo" contra o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, na Justiça do Trabalho de Brasília, e à ação contra a assembleia de acionistas que deliberou sobre a privatização das distribuidoras.

Procurada, a Eletrobras não respondeu até o fechamento deste texto as solicitações de informações sobre o impacto da paralisação para a companhia.

Editorial: A forma de consumir pode contribuir (e muito) para enfrentar o aquecimento global

17/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Tudo o que compõe nosso estilo de vida provoca, em seu processo produtivo, a emissão de carbono



Navio transporta contêineres de produtos - Getty Images

Diante da natureza, todos nos sentimos pequenos. Mais ainda quando se trata de fenômenos naturais violentos como é o caso de tufões e furacões, sentidos como manifestações de uma força maior que não podemos evitar. É verdade que esses fenômenos sempre existiram. Mas é cientificamente indiscutível que, nos últimos anos,

houve um aumento na incidência e na intensidade deles, sendo cientificamente comprovado que isso decorreu da ação humana.

A emissão dos chamados "gases de efeito estufa (GEE)", em quantidades exponencialmente crescentes após a revolução industrial, foi e é responsável pelo aquecimento global causador das mudanças climáticas que temos testemunhado em diversas partes do planeta.

A conclusão dos cientistas é que o aquecimento global traz consigo a tendência do clima ser imprevisível e extremo. Como exemplo, longas estiagens ou chuvas excessivas vêm ocorrendo em locais que antes desconheciam tais fenômenos.

Temos visto tais ocorrências em diversas regiões do Brasil como em Brasília (DF) e seu entorno, nas regiões Sudeste e Nordeste, que têm sofrido com a falta de água, enquanto chuvas torrenciais causam transtorno na região Sul do país. Somente no Distrito Federal, o prejuízo causado pela seca na agricultura foi de R\$ 600 milhões em 2017, segundo estimativa da Secretaria da Agricultura. Naturalmente, este impacto acaba por refletir no bolso e na mesa da população, que paga mais caro pelos alimentos que consome.

Luiz Marques, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), faz uma síntese do que aconteceu no ano passado, mostrando a gravidade do quadro de aquecimento global. Aponta que "os 20 anos mais quentes dos registros históricos, iniciados em 1880, ocorreram justamente nos 20 anos decorridos entre 1998 e 2017.

E os 4 anos mais quentes dessa série de 137 anos incidem no quadriênio 2014-2017". Afirma que há uma aceleração das mudanças climáticas e que 2017 quebrou vários recordes: "2015, 2016 e 2017 foram confirmados como os três anos mais quentes dos registros globais, sendo que 2017 foi o ano mais quente sem um El Niño, o que se traduziu em ondas de calor sem precedentes".

A referência ao El Niño se deve ao fato de que esse fenômeno contribui para a mudança climática, tornando ainda mais significativo o fato de 2017 ter sido o ano mais quente da história mesmo sem a incidência do El Niño. Além disso, aponta Marques, "o ano de 2017 quebrou recordes também no que se refere a eventos meteorológicos extremos e inundações".

Mais do que isso, a nova versão do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em sua versão preliminar, trouxe dados que indicam que a primeira meta do Acordo de Paris, de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, não é algo para um futuro distante, pois deverá ser ultrapassado ainda na próxima década. É isso mesmo, nos próximos 10 anos! Com isso, infelizmente, nosso cotidiano será cada vez mais afetado pelas mudanças no clima.

Mas, por que descrever esse quadro em uma coluna que trata do consumo consciente? Porque, na verdade, o estilo de vida na maioria das sociedades assim chamadas "desenvolvidas" é um dos principais determinantes do aquecimento global. Tudo o que se consome, e que compõe nosso estilo de vida, provoca, em seu processo produtivo, a emissão de carbono.

Tudo o que vem da natureza exige o uso de energia e água para ser transformado em produtos, para ser distribuído, para ser utilizado e, até mesmo, para ser descartado, levando hoje a se demandar do planeta 60% a mais do que ele é capaz de fornecer, levando a desequilíbrios que, em última instância, prejudicam o ambiente em que todos vivemos.

O aquecimento global é um desses desequilíbrios, causado pelo uso da terra que, ao ser revolvida para a produção agrícola, libera carbono; pelo desperdício de alimentos que, ao se decompor, libera metano, um GEE que é 21 vezes mais poderoso do que o

gás carbônico; pelo uso de energia na produção e no transporte de todos os bens e serviços que são consumidos. Somados, a agricultura, a produção de energia e o setor industrial são responsáveis por 70% das emissões mundiais de gases de efeito estufa, segundo a Agência de Proteção do Meio Ambiente dos Estados Unidos (EPA).

A percepção das pessoas, na maior parte das vezes, é de que a mudança no comportamento individual ou de pequenos grupos é irrelevante para fazer frente a um fenômeno tão abrangente e de tal intensidade como o aquecimento global. Essa afirmação é equivocada.

Como a oferta de produtos e serviços acompanha a demanda pela população, cada um de nós, como consumidores que somos, tem uma grande oportunidade de contribuir para combater as mudanças climáticas. Pequenas atitudes fazem uma enorme diferença quando praticadas por várias pessoas ao longo de um grande período de tempo.

Mais que isso, o nosso comportamento é exemplar para os nossos familiares e amigos, de forma que o nosso modo de consumir influencia o dessas pessoas e pode ser um agente catalisador de mudanças positivas em certa escala. E tal escala será ainda maior se ativamente buscarmos mobilizar outras pessoas a consumirem de forma consciente.

E as atitudes voltadas a diminuir as emissões de gases de efeito estufa são simples e cabem, sem transtorno, dentro do cotidiano de cada um sem afetar o seu bem estar.

Por exemplo, ao se substituir o carro por caminhadas em trechos curtos (1,5 km total) – indo à padaria para comprar pão, por exemplo – cinco vezes na semana, ao longo de uma vida (75,5 anos), cada um de nós evitará a emissão de uma quantidade de GEE equivalente à emitida na produção de energia elétrica para uso de uma residência por 41 anos! Além dos benefícios para a saúde do corpo, da mente e financeira.

Evitar as compras por impulso na compra de roupas, por exemplo, não apenas contribui para enfrentar o aquecimento global, mas também para o nosso bolso. Basta pensar que a “vida” de uma camiseta, considerando a plantação do algodão, sua colheita, sua transformação em tecido, a produção da peça e o seu transporte até o armazenamento nas lojas, gera 1,4 quilogramas de GEE. Essa quantidade é equivalente às emissões provocadas pela locomoção de uma pessoa por uma semana indo de metrô para o trabalho, faculdade ou escola.

Seguindo essa lógica, a produção e transporte de cinco camisetas usadas nos dias úteis de uma semana causam, antes mesmo do produto chegar em nossa casa, a emissão da mesma quantidade de GEE que seria emitida para a sua locomoção neste trajeto durante um mês e meio! Dado que é preciso limitar a emissão de carbono ao mínimo possível, ao escolher onde contribuir para a emissão de GEE, a locomoção é certamente mais importante do que mais uma camiseta. Não é?

E mesmo na hora de fazer o prato, cada um de nós pode dar a sua contribuição na luta contra o aquecimento global. Basta ver que, globalmente, as emissões de carne bovina equivalem a 6% das emissões globais de origem humana, o que equivale a mais de metade das emissões anuais da União Europeia, segundo relatório da Climate Focus de 2017. Que tal escolher um dia da semana para evitar o consumo de carne bovina? Ou substituir o consumo de carne bovina por outros tipos de proteína?

É um bom começo para quem quer praticar um consumo mais consciente dos alimentos, com menor impacto ambiental negativo. Outra ação simples é rejeitar os canudinhos plásticos e evitar o uso de copos descartáveis e de outros produtos plásticos de uso único. Dado que a maioria do plástico produzido no mundo ainda é proveniente de fontes fósseis, é também uma forma simples de contribuir para evitar o aquecimento global.

A mudança em algumas maneiras de consumir cotidianamente, considerado o seu impacto ao longo da vida de cada um e daqueles que se miram no nosso exemplo, pode dar uma contribuição significativa para o combate às mudanças climáticas. Concluindo, para usar um termo da moda, o consumidor "empoderado" é capaz, sim, de ajudar a reduzir o ritmo do aquecimento global.

Se nada for feito, como escreveu o professor Luiz Marques, "os jovens, que sofrerão em breve as consequências brutais desse consumo, terão razão de desprezar a atual geração de adultos, a primeira que pode saber cientificamente o que o futuro nos reserva e a última que ainda pode fazer algo para evitá-lo, mas está preferindo deixar um legado de indiferença ou de retóricas tranquilizantes de 'desenvolvimento sustentável'."

*O limite estabelecido pelo Acordo é um aumento de 2°C acima de níveis pré-industriais, e realizar esforços adicionais que possibilitem em limitar o aquecimento ainda mais, em 1,5°C.

Helio Mattar - É doutor em engenharia industrial (Stanford-EUA) e diretor-presidente do Instituto Akatu.

Brasil vai crescer mais em 2018 e 2019, mas ainda fica longe da média global, prevê FMI

17/04/2018 – Fonte: Reuters

A economia do Brasil terá um crescimento maior que o esperado, neste e no próximo ano, na visão do Fundo Monetário Internacional (FMI), puxado pela recuperação do consumo privado e dos investimentos, mas a performance do país ainda estará muito aquém da média global e das economias emergentes.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescerá 2,3 e 2,5 por cento em 2018 e 2019, respectivamente, ambas as projeções 0,4 ponto percentual superiores do que a previsão de janeiro, mostrou o documento "Perspectiva Econômica Global" do fundo, divulgado nesta terça-feira.

"Após profunda recessão em 2015-16, a economia do Brasil voltou a crescer em 2017 (1,0 por cento) e espera-se que melhore para 2,3 por cento em 2018 e 2,5 por cento em 2019, impulsionado por consumo privado e investimento mais fortes", trouxe o FMI em relatório.

A projeção da entidade, apesar de bem melhor do que no início do ano, é mais tímida se comparada com as contas feitas por economistas no país. Pesquisa Focus do Banco Central, que coleta todas as semanas projeções do mercado, mostra que a expectativa é de crescimento de 2,76 e 3 por cento em 2018 e 2019, respectivamente.

Os números deste ano, no entanto, vêm perdendo força nos últimos meses, com dados econômicos mais fracos. Na véspera, por exemplo, foi divulgado que o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), espécie de sinalizador do PIB, apresentou expansão de apenas 0,09 por cento em fevereiro na comparação com o mês anterior, abaixo das expectativas em pesquisa Reuters com economistas.

O FMI manteve a projeção de crescimento global de 3,9 por cento tanto para este ano quanto para o próximo, ao mesmo tempo em que vê as economias emergentes e em desenvolvimento crescendo 4,9 e 5,1 por cento, respectivamente. Em janeiro, o fundo calculava a expansão desse grupo em 4,9 por cento em 2018 e 5 por cento em 2019.

"Embora a alta taxa de crescimento reflita principalmente a continuidade do forte desempenho na Ásia emergente, a captação projetada mostra melhores perspectivas

para exportadores de commodity depois de três anos atividade econômica muito fraca”, explicou o FMI.

Para a América Latina e Caribe, a expansão calculada é de 2 por cento neste ano e de 2,8 por cento em 2019, 0,1 e 0,2 ponto percentual a mais do que no levantamento anterior.

“A recuperação é gradual do crescimento continua na América Latina e Caribe, uma região gravemente afetada pela queda nos preços das commodities em 2014–16”, trouxe a entidade.

O fundo também chamou a atenção para a cena política incerta, que poderá acabar em nova agenda, “inclusive no contexto das próximas eleições ou suas conseqüências imediatas em vários países (como o Brasil, a Colômbia, a Itália e o México)”.

Carga de energia elétrica sobe 2% em março, diz ONS

17/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A carga de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) subiu 2% em março na comparação com o mesmo mês de 2017, e 2,7% contra fevereiro 2018, informou nesta segunda-feira, 16, o Operador Nacional do Sistema (ONS). Ao todo, o SIN consumiu 70.414 megawatts médios, acumulando nos últimos 12 meses alta de 0,6%.

As temperaturas mais amenas em fevereiro explicam a alta de março na comparação mensal, explica em nota o ONS, ressaltando que sazonalmente esse comparativo geralmente registra queda.

A região Sudeste/Centro-Oeste foi a que mais registrou aumento na carga de energia elétrica em março contra março 2018, de 3,1%, seguida pela região Norte, alta de 2,4%, e da região Sul, alta de 2,4%.

“O comportamento da carga de energia é afetado diretamente pelo desempenho da economia, que vem mantendo uma trajetória de recuperação, ainda que modesta”, explica o ONS em nota.

Apenas a região Nordeste teve queda no consumo, de 0,8%, explicada pelo ONS como reflexo da redução temporária do consumo de uma indústria que manteve seu consumo de energia zerado ao longo de praticamente de todo o mês, e pela ocorrência de chuvas no litoral.

“Além disso, ocorreu aumento de nebulosidade e precipitação em toda costa leste do Nordeste em parte do mês”, completou o ONS.

Juro do cheque especial varia de 20% a 500% ao ano; maiores bancos concentram taxas mais altas

17/04/2018 – Fonte: G1

Diferença de taxas é de até 26 vezes entre os 29 bancos que oferecem a linha de crédito, mostram dados do BC; federação dos bancos propôs parcelamento da dívida com taxas menores a partir de julho.

A diferença entre os juros cobrados em um banco ou outro no cheque especial pode variar até 26 vezes, do mais barato ao mais caro, em 29 instituições financeiras que oferecem este tipo de crédito no Brasil.

Dados do Banco Central com base nas taxas médias praticadas pelos bancos mostra que a taxa do cheque especial começa em 20,45% ao ano e termina em 526,13%, no período entre março e abril deste ano.

Entre os 10 bancos que cobram as taxas mais caras do mercado, estão na lista os cinco maiores bancos do país – Bradesco, Caixa, Itaú Unibanco, Banco do Brasil e Santander (*veja o gráfico abaixo*).

O cheque especial é uma linha de crédito emergencial que permite ao correntista gastar um certo limite definido pelo banco, mesmo que ele não tenha dinheiro na conta. Por ser uma linha de curto prazo, os juros estão entre os mais altos do mercado, atrás apenas do cartão de crédito.

Em fevereiro, a taxa média cobrada pelos bancos nesta modalidade era de 324,1% ao ano. Uma das explicações dadas pelos bancos é a taxa de inadimplência, uma das mais altas. Ela era de 13,56% em fevereiro, enquanto o rotativo do cartão estava em 33,16%, segundo o BC.

Além dos calotes, os compulsórios elevados, os impostos e a concentração bancária também explicam taxas tão elevadas, de acordo com o diretor executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Anefac, Miguel José Ribeiro de Oliveira. No entanto, ele pondera que, tecnicamente, não há explicação para taxas no patamar de 300% ao ano.

Opção de crédito parcelado

Para tentar reduzir as taxas, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) anunciou uma nova regra que vai obrigar os bancos a oferecer opções mais vantajosas de crédito para quem utilizar mais que 15% do limite do cheque especial por 30 dias, para dívidas acima de R\$ 200. A regra entra em vigor em 1º de julho.

O parcelamento da dívida deverá estar entre as alternativas que os bancos vão oferecer à dívida do cheque especial. A oferta das opções mais vantajosas deve ocorrer em até 5 dias úteis após os bancos constatarem que o cliente se enquadra neste caso. O cliente não será obrigado a contratar uma das alternativas oferecidas pelos bancos. Nesses casos, os bancos terão que reiterar as ofertas a cada 30 dias.

A economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Zara, acredita que a medida tem potencial para reduzir os juros nesta modalidade, assim como a inadimplência. "O efeito sobre o juro total a pessoas físicas tende a ser maior quanto maiores forem os avanços dentro do cheque especial", diz.

Posicionamento dos bancos

Procurado para comentar a taxa média de 421,93%, o Santander informou que criou há quatro anos produtos parcelados com custos menores como alternativa ao cheque especial, oferecidos de forma individual. "O Santander é o único banco no país a disponibilizar dez dias sem juros no cheque especial para todos os clientes. Esta condição beneficia, atualmente, 35% dos usuários do cheque especial do Santander", declarou em nota.

Sobre a taxa de 322,34% do Itaú Unibanco, declarou que vem repassando o corte da Selic, mas que as taxas cobradas também dependem de outros fatores, como o perfil do cliente e sua capacidade de pagamento. "As taxas divulgadas pela autoridade monetária representam a média de todas as contratações realizadas naquele mês, mas não necessariamente são praticadas para todos os clientes que possuem os produtos do banco", informou.

Sobre a taxa de 290,59% na modalidade, o Bradesco disse que não ia comentar. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil não haviam enviado seus posicionamentos até a última atualização desta reportagem.

IPC-Fipe cai 0,01% na 2ª quadrimestre de abril

17/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, registrou baixa marginal de 0,01% na segunda quadrimestre de abril, revertendo a ligeira alta de 0,06% observada na primeira quadrimestre deste mês, de acordo com dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na segunda prévia de abril, perderam força ou migraram para deflação os seguintes grupos de preços: Habitação (de 0,21% na primeira quadrimestre para 0,08% na segunda quadrimestre), Alimentação (de 0,01% para -0,17%) e Vestuário (de 0,33% para 0,22%).

Por outro lado, subiram com maior intensidade ou reduziram deflação os segmentos de Transportes (de 0,11% para 0,15%), Despesas Pessoais (de -0,63% para -0,51%), Saúde (de 0,57% para 0,67%) e Educação (de 0,08% para 0,11%).

Veja abaixo como ficaram os itens que compõem o IPC-Fipe na segunda quadrimestre de abril:

- **Habitação:** 0,08%
- **Alimentação:** -0,17%
- **Transportes:** 0,15%
- **Despesas Pessoais:** -0,51%
- **Saúde:** 0,67%
- **Vestuário:** 0,22%
- **Educação:** 0,11%
- **Índice Geral:** -0,01%

Trump resiste à entrada do Brasil na OCDE

17/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governo de Donald Trump já deixou claro ao Palácio do Planalto que deu preferência para a adesão da Argentina à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), alegando que existia “respaldo eleitoral” em Buenos Aires pelas reformas que Mauricio Macri estaria realizando e que essa não seria a realidade do Brasil.

O recado foi dado ao governo brasileiro no final de março, durante encontros de representantes da Casa Civil com Landon Loomis, assessor especial para o hemisfério ocidental e economia global do vice-presidente americano, Mike Pence.

Nos últimos seis meses, o governo brasileiro realizou uma série de encontros com a cúpula da OCDE para encontrar formas de fazer avançar seu processo de entrada no organismo internacional considerado “o clube dos países desenvolvidos”. Mas, ainda que a secretaria da entidade seja favorável à chegada do Brasil, o voto americano tem impedido que o processo ganhe força.

Em janeiro, em Davos, Temer aproveitou reuniões bilaterais para tratar do caso com o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría. O diplomata, porém, sugeriu que o governo brasileiro se aproximasse de membros da administração americana para os convencer dos pontos positivos da adesão do Brasil.

Foi exatamente isso que o Brasil fez. Nos dias 26 e 27 de março, o representante da Casa Civil, Marcelo Guarany, esteve em Washington para encontros, cujo teor foi colocado em telegrama da chancelaria de 3 de abril.

Para o governo, era importante que o processo de adesão do Brasil à OCDE fosse iniciado ainda sob a gestão do presidente Michel Temer.

Um dos efeitos explicados aos americanos, segundo o telegrama obtido pelo Estado, seria a capacidade de o processo na OCDE consolidar o andamento das reformas regulatórias promovidas por Temer.

A resposta da Casa Branca não foi positiva. Num dos documentos, a diplomacia nacional indica que Loomis teria elogiado o "processo de reformas atualmente implementado pelo Brasil". Mas indicou que, "na visão norte-americana, a OCDE deveria aceitar poucos países por vez, levando em consideração pedidos de diferentes regiões".

Os pontos da política doméstica pesaram. "Faltaria no Brasil consenso claro sobre as reformas, especialmente por meio de respaldo eleitoral – algo que pôde ser verificado na Argentina nas últimas eleições presidenciais e legislativas", destacou o texto. Segundo o documento, Loomis indicou que a Argentina estaria um passo adiante.

Usiminas anuncia reativação de alto forno 1 para atender crescimento de demanda

17/04/2018 – Fonte: Reuters

A Usiminas anunciou nesta terça-feira a reativação do alto forno 1, que estava desligado desde 2015, devido à queda na demanda por aços planos no mercado brasileiro.

Com a recuperação do consumo por aço, puxada em grande parte pelo setor de veículos, que interrompeu no ano passado sequência de quatro anos de quedas nas vendas no país e projeta crescimento para 2018, a Usiminas decidiu reativar o equipamento.

"A retomada das operações do Alto Forno 1 da Usina de Ipatinga importará em um aumento da capacidade de produção atual da companhia, reduzindo a sua exposição à compra de placas de terceiros", disse a empresa em fato relevante.

O alto forno 1 tem capacidade para 650 mil toneladas anuais de ferro gusa e faz parte de um complexo siderúrgico que tem outros dois alto fornos, numa capacidade anual total de 3,65 milhões de toneladas.

Cemig quer comprar energia de usinas eólicas e solares em contratos de 20 anos

17/04/2018 – Fonte: Reuters

A elétrica mineira Cemig quer comprar a produção futura de usinas eólicas e solares por meio de um leilão em formato inédito, que oferecerá aos empreendedores contratos para a venda da geração por um período de 20 anos a partir de 2022, disse à Reuters um executivo da companhia nesta segunda-feira.

O movimento visa ampliar o volume de energia da empresa para atender clientes no mercado livre de eletricidade, após o vencimento de concessões de quatro grandes hidrelétricas da estatal no final do ano passado e com o fim de alguns de seus contratos de compra de eletricidade nos próximos anos.

No chamado mercado livre, geradores e comercializadoras de energia negociam contratos entre si ou diretamente com grandes clientes, como indústrias e shoppings centers.

“Para construir uma usina, eu teria que fazer um investimento grande agora para ter energia disponível em 2022. Agora, se compro energia para revenda, já não preciso fazer desembolso agora, só lá na frente, e isso permite à gente manter nossa participação no mercado livre. E, dependendo do resultado do leilão, até ampliar”, disse o superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado da Cemig, Marcos Aurélio Junior.

Agendado para 16 de maio, o leilão da Cemig terá regras parecidas com licitações promovidas pelo governo para viabilizar novos empreendimentos de geração, nas quais as compradoras da produção das usinas são o conjunto das distribuidoras de eletricidade do país.

“A gente procurou fazer algo bem parecido porque sabemos que o contrato do governo é um contrato que o empreendedor gosta... é um contrato longo, que dá o conforto necessário para o investidor recuperar seus investimentos. Porque o mercado livre, em geral, tem essa característica de que os contratos não são longos”, explicou o executivo.

Ele disse que a Cemig não divulgará quanto em energia pretende comprar no leilão, o que também dependerá dos preços oferecidos pelos vendedores.

A tarifa máxima a ser praticada pelos projetos será divulgada pela empresa no dia da concorrência, apenas para os competidores habilitados.

Nos leilões do governo, os custos dos novos projetos de usinas eólicas e solares têm alcançado valores cada vez menores. O último certame, o chamado “A-4”, em abril, contratou cerca de 800 megawatts em empreendimentos aos menores preços já vistos.

“Posso garantir, até pela publicidade que estamos dando a esse processo, que não será uma coisa pequena. Mas também vai depender... se os preços vierem no patamar do último A-4 pode, sim, ser um volume expressivo”, disse Aurélio, ao ser questionado sobre o montante a ser negociado no leilão.

“Um leilão desse tipo no mercado livre é uma coisa até inédita... claro que isso é uma estratégia de comercialização da Cemig, mas também ajuda na expansão do sistema para atender ao crescimento do mercado livre, e com duas fontes que estão se mostrando bastante competitivas”, adicionou o superintendente.

Ele disse que a Cemig possui uma participação de cerca de 20 por cento no mercado livre de eletricidade.

REGRAS

Poderão participar do leilão da Cemig apenas projetos eólicos e solares que chegaram a ser habilitados pelo governo a participar do último leilão A-4, realizado no início do mês.

A Cemig poderá comprar até 100 por cento da energia dos empreendimentos, de acordo com o perfil de produção das usinas, em contratos de 20 anos com início em janeiro de 2022 e correção pela inflação (IPCA).

Eventuais antecipações dos projetos poderão ser negociadas entre as partes, e mesmo usinas que venderam parte da produção no leilão A-4 poderão entrar na concorrência. “Quem vendeu, mas não comprometeu toda energia da usina com o leilão do governo, pode participar também... se ele já vendeu no leilão, ou quiser vender para outro comprador, a gente dá essa flexibilidade. Não necessariamente tem que vender tudo para a Cemig”, afirmou Aurélio.

Para se proteger contra eventuais riscos de os projetos que venderam energia não serem viabilizados, o leilão terá uma regra que obriga os investidores a entregar em

determinado prazo uma série de documentos que atestem a viabilidade dos projetos e o andamento de sua execução.

Além disso, será pedido um aporte de garantias junto aos participantes, que poderão ser executadas pela Cemig em caso de problemas nos empreendimentos.

Diesel e gasolina da Petrobras renovam máximas

17/04/2018 – Fonte: Reuters

Os preços do diesel e da gasolina praticados pela Petrobras nas refinarias serão elevados na terça-feira aos maiores patamares desde que a petroleira iniciou, em julho do ano passado, uma nova sistemática de formação de cotações, com reajustes quase que diários.

O valor do diesel, combustível mais consumido no país, será elevado em 0,76 por cento, para 1,9988 real por litro, enquanto o da gasolina passará para 1,7229 real, alta de 0,92 por cento.

Os preços desses combustíveis vêm renovando máximas desde a semana passada, na esteira de ganhos no mercado de petróleo e gasolina no exterior, em razão de cortes de produção liderados pela Opep, demanda global fortalecida e, mais recentemente, tensões geopolíticas no Oriente Médio e fortalecimento do dólar ante o real.

O diesel da Petrobras avançou 6,4 por cento só na semana passada, enquanto a gasolina ganhou 3,8 por cento no mesmo período.

A política de formação de preços da petroleira visa seguir as oscilações internacionais nos mercados de petróleo e seus derivados, entre outros fatores, de modo a tentar manter alguma paridade em relação ao exterior.

Desde o início dessa nova sistemática, em julho, o diesel e a gasolina nas refinarias da Petrobras subiram 26,8 e 24,5 por cento, respectivamente.

Em nota no final do dia, a Petrobras afirmou em seu site que não tem o poder de formar preços de commodities como os combustíveis.

“O que a companhia faz é refletir essa variação de preço do mercado internacional. Como o valor desses combustíveis acompanha a tendência internacional, pode haver manutenção, redução ou aumento nos preços praticados nas refinarias e terminais”, afirmou a companhia.

A Petrobras reiterou ainda que as revisões de preços feitas pela Petrobras podem ou não se refletir no preço final ao consumidor. “Como a legislação brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados, a mudança no preço final dependerá de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis.”

POSTOS

Nas bombas, os reajustes por distribuidoras e revendedoras não acompanharam os realizados pela Petrobras na última semana.

Pelos dados mais recentes da reguladora ANP, o preço médio da gasolina no Brasil fechou a semana passada em 4,208 reais por litro, leve baixa ante os 4,217 reais da semana imediatamente anterior.

Em paralelo, o diesel registrou média nacional na semana passada de 3,410 reais, alta de 0,41 por cento ante o período anterior. O preço do combustível nos postos, segundo a ANP, está em máxima histórica nominal (sem considerar a inflação).

“O mercado não repassa isso de imediato. Esse modelo (da Petrobras) subtrai em um dia, repõe no outro, e o varejo não vai na mesma velocidade, há uma certa inércia. O varejo precisa olhar seus estoques, não têm estrutura para reajustar todos os dias”, explicou Tarcilo Rodrigues, diretor da comercializadora de etanol Bioagência e especialista no mercado de combustíveis.

“Qual a tendência a partir de agora? É o preço da gasolina se estabilizar ou subir. Já o do etanol, cair”, acrescentou Rodrigues, referindo-se ao concorrente direto da gasolina e mencionando a maior produção de álcool decorrente do início da nova safra no centro-sul do Brasil.

Com efeito, as cotações do hidratado nas usinas de São Paulo, principal produtor do país, cederam 7,80 por cento na semana passada. O valor do anidro, misturado em 27 por cento à gasolina, recuou 9,3 por cento.

Nas bombas, o preço do hidratado fechou semana passada em 3,019 real por litro, na média Brasil, contra 3,055 na semana anterior. Em São Paulo, onde a incidência de ICMS é menor, porém, o produto está em 2,848 real por litro, segundo a ANP.

“Hoje, o consumidor olha os preços do combustível no posto de abastecimento e vê o preço da gasolina com o numeral 4 na frente e o etanol com 2 e ele nem faz muita conta”, destacou o diretor da Archer Consulting, Arnaldo Luiz Corrêa, em relatório, projetando maior demanda pelo biocombustível.

Divisão de caminhões da Volkswagen está aberta à compra de fatia majoritária na Navistar

17/04/2018 – Fonte: Reuters

A Volkswagen está aberta a comprar uma participação majoritária na fabricante norte-americana de caminhões Navistar “em algum momento”, afirmou a empresa nesta segunda-feira, em um momento em que o grupo automotivo alemão se prepara para uma possível oferta de ações de seus negócios com caminhões.

A Volkswagen Caminhões & Ônibus comprou 16,9 por cento de participação na Navistar International em 2016 e na semana passada juntou forças com a Hino Motors, da Toyota, para competir com as rivais globais Daimler e Volvo.

A Volkswagen planeja converter sua divisão de caminhões, que inclui a Scania e a MAN, em uma empresa pública como prelúdio de uma potencial oferta de ações.

“(Assumir o controle da Navistar) faria sentido em algum momento”, disse Matthias Gruendler, vice-presidente financeiro da Volkswagen Caminhões & Ônibus, a jornalistas nesta segunda-feira.



A tomada de controle exigiria entre 3 bilhões e 4 bilhões em custos extras e pode ser apoiada por recursos a serem gerados por uma oferta pública inicial (IPO) de ações, disse o executivo, sem estimar se estava se referindo a dólares ou euros.

“A cooperação (com a Navistar) está funcionando mundo bem”, acrescentou.

A Volkswagen pagou 256 milhões de dólares pela participação na Navistar, ampliando o acesso ao mercado norte-americano para o grupo alemão.

Fabricantes de caminhões já olham para expansão de 30%

17/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Participantes do painel que debateu as expectativas dos fabricantes de veículos comerciais pesados durante o Fórum AB (foto: Ruy Hizatugu)

Alta tende a superar os 24,7% estimados, mas eleições podem interferir nas projeções

Após registrar baixo crescimento de 3,2% em 2017 no segmento de pesados, formado por caminhões e ônibus, as montadoras estão mais otimistas para este ano. Esta foi a visão que os representantes de seis fabricantes apresentaram no IX Fórum da Indústria Automobilística, realizado por Automotive Business no WTC, em São Paulo.

Durante o painel “O novo fôlego dos caminhões”, a opinião praticamente unânime dos executivos foi de que o crescimento previsto de 24,7% pela Anfavea e de 27,5% pela Carcon Automotive deve até ser superado em 2018. O otimismo se baseia em fatores como o aumento da confiança na economia e a melhora do PIB, a necessidade de renovação de frota, os bons resultados do agronegócio e a oferta de condições mais favoráveis de financiamento, por exemplo.

Apesar da visão positiva dos representantes das montadoras, o público do evento não se mostrou tão animado com o futuro próximo. Por meio de pesquisa eletrônica instantânea, 40,7% dos presentes indicaram que o mercado talvez não cresça 25%, mas certamente vai encerrar o ano com resultado positivo.

Oswaldo Ramos, diretor comercial da Ford Caminhões, vai na direção contrária e aposta em um crescimento ainda maior. “Embora a Ford não atue no segmento de pesados, acreditamos em um ano de boa recuperação, com crescimento de 43%”, afirma. Para ele, começou a haver um “descolamento” (ainda tímido) entre os cenários político e econômico por parte dos consumidores.

O executivo da Ford também acredita que as eleições podem interferir negativamente, positivamente ou mesmo manter inalterada a intenção de compra dos consumidores.

Bernardo Fedalto, diretor comercial da Volvo, tem outra visão. Para ele, o cenário político é fundamental na análise dos clientes de caminhões pesados. “Saber quem será e como pensa o próximo ministro da Fazenda vai impactar em qualquer planejamento de longo prazo”, explica. A opinião foi compartilhada por Ricardo Vitorasso, diretor de vendas de caminhões da Scania.

Ricardo Barion, diretor de marketing e vendas da Iveco Latin America, também acredita em crescimento maior, de 30% a 40%, e explica que na crise o segmento dos caminhões pesados é o primeiro a cair, mas também o primeiro a crescer na fase de recuperação.

Para ele, a renovação entre os pesados ocorre por necessidade. Já a venda dos modelos urbanos está muito atrelada ao consumo da população. Ramos, da Ford,

lembra que a tendência é de que surja uma nova forma de uso dos caminhões que não a posse. Leasing operacional, locação ou outra, que ainda está sendo desenvolvida.

O nível de produção atual também foi abordado no painel e, segundo dados oficiais, a fabricação de caminhões no primeiro trimestre deste ano apresentou elevação de 55,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Alta ainda maior ocorreu no segmento de ônibus (67,4%), e, no total, houve evolução de 57,6% na comparação com os resultados dos três primeiros meses de 2017. Mas a ociosidade das fabricantes se mantém elevada, com 70% em média.

Os representantes de Scania e Volvo, no entanto, afirmam que suas fábricas enfrentam realidade bem melhor que essa. "Nossa ociosidade é praticamente zero graças às exportações. Além disso, estamos aumentando a produção para atender ao aumento da demanda do mercado interno", explica Ricardo Vitorasso, da Scania.

Bernardo Fedalto, da Volvo, lembra que a importação de componentes ainda representa um gargalo na produção, pois a empresa depende muito de peças vindas da matriz, na Suécia. O mesmo ocorre com a Scania. O painel se encerrou com a apresentação dos investimentos anunciados recentemente pelas fabricantes no Brasil.

Serão US\$ 120 milhões da Iveco (período de 2017 a 2019), US\$ 1,5 bilhão da MAN LA/VWCO (2017 a 2020), US\$ 2,4 bilhões da Mercedes-Benz (2018 a 2022), US\$ 2,6 bilhões da Scania (2016 a 2020) e US\$ 1 bilhão da Volvo (2017 a 2019). A Ford não divulga seus investimentos por questões estratégicas.

De acordo com Ricardo Alouche, vice-presidente de vendas, marketing e pós-venda da MAN Latin America, é razoável imaginar que o setor de caminhões e ônibus só retorne aos níveis de venda de 2011 em 2022 ou 2023.

Para o executivo da MAN, esses investimentos comprovam que as fabricantes permanecem acreditando no País e no potencial do mercado nacional. Essa aposta está atrelada à modernização dos produtos. Assim, a implantação de novas tecnologias, como serviços conectados, está contemplada nesses investimentos, o que é sempre desejável.

China vai acabar com restrições ao capital estrangeiro em montadoras

17/04/2018 – Fonte: G1



Atualmente, grupos estrangeiros não possuem mais de 50% de uma montadora e são obrigados a se associar com marcas locais.

A China vai retirar progressivamente, até 2022, as restrições que impedem as montadoras de automóveis estrangeiras de possuir uma participação majoritária em uma filial no país.

A medida era uma promessa do presidente Xi Jinping para abrir a economia ao exterior.

Atualmente, os grupos estrangeiros não podem possuir mais de 50% de uma empresa do setor de automóveis na China. Além disso, são obrigados a estabelecer associações com empresas locais e em número limitado.

O teto será suprimido em 2018 na produção de veículos elétricos e híbridos, em 2020 para os veículos comerciais e em 2022 para os carros particulares, informou a agência de planejamento em um comunicado.

A partir de 2022 os investidores estrangeiros também poderão investir em mais de duas coempresas no setor automobilístico.

De modo paralelo, Pequim suprimirá este ano os limites na participação dos investidores estrangeiros no setor da construção naval (em particular na concepção, produção e reparo de barcos), assim como na construção aeronáutica.

Estados Unidos e União Europeia (UE) pedem há anos o fim das restrições chinesas ao capital estrangeiro e pedem que a China abra sua economia nestes setores, dominados por grupos estatais.

A China é o maior mercado automobilístico do mundo, com 28,9 milhões de veículos vendidos em 2017, segundo a associação CAAM.

Apesar da obrigação de uma associação com grupos chineses, as marcas estrangeiras representavam 55% do mercado no primeiro trimestre de 2018.

Compras das montadoras devem crescer de 15% a 20% este ano

17/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Mas relação com fornecedores pede criatividade para redução de custos e desenvolvimento de novos componentes

O reaquecimento na produção de automóveis no País está fazendo os departamentos de compras das montadoras refazerem para cima o orçamento deste ano. O movimento foi confirmado por todos os fabricantes que participaram do painel sobre cadeia de suprimentos do setor do IX Fórum da Indústria Automobilística, realizado por Automotive Business no WTC, em São Paulo.

As compras devem ter crescimento entre 15% e 20%, segundo os executivos que participaram do painel: Carlo Martorano (CNH Industrial/Iveco), Celso Simomura (Toyota), Ivan Witt (Caoa) e Roger Dias (FCA), com mediação do jornalista Pedro Kutney.

Em 2017, a indústria de autopeças vendeu às montadoras cerca de R\$ 48 bilhões. Para este ano a previsão do Sindipeças é que os negócios fiquem em torno de R\$ 55 bilhões. Os executivos foram unânimes ao afirmar que as compras aumentarão. Martorano disse que as fábricas da CNH e Iveco farão compras de cerca de R\$ 3,5 bilhões: "Estamos falando de um crescimento de 15 a 17%."

Simomura, da Toyota, revelou que no ano passado já houve crescimento de 23% e a previsão para 2018 é de 15% adicionais. "Nosso grande desafio é a nacionalização",

afirma o executivo. "Nossa planta de Porto Feliz contribuiu bastante para o crescimento de compras locais, pois produz os motores do Etios." Segundo o executivo, entre outras adições de tecnologia, o modelo está ganhando controle eletrônico de estabilidade comprado de fornecedor no País, o que também ajuda a elevar a localização.

Representando o Grupo Caoa, que produz carros da Hyundai em Anápolis (GO) e da Chery em Jacareí (SP), Ivan Witt disse que o crescimento nas compras do grupo será de 30% com a chegada da Chery à administração. Ele comenta que a Caoa tem atualmente 170 concessionárias e está abrindo mais 30 somente para a Chery. Assim, a marca chinesa será responsável por 30% das compras.

Quanto à FCA, apesar da grande ociosidade da fábrica de Betim (MG), também comprará em grandes volumes, principalmente porque a planta de Goiana (PE) já opera em três turnos. Este ano a FCA deve totalizar R\$ 18 bilhões em compras, com avanço de 15% a 20%.

FIM DO INOVAR-AUTO

Os quatro executivos também falaram sobre o fim do Inovar-Auto e a indefinição do programa Rota 2030. Para Roger Dias, da FCA, o Inovar-Auto teve grande influência nas compras, pois exigia investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Segundo ele, a indefinição momentânea sobre a nova política industrial para o setor prejudica o ritmo dos negócios. Witt, da Caoa, disse que o fim do Inovar-Auto desobrigou as montadoras a ter parceiros nacionais. Por isso, em muitos casos, o grupo está buscando fornecedores na China "porque o custo final do produto é menor, apesar do frete".

Ele espera que o Rota 2030 seja definido logo. "É melhor trabalhar com o mercado onde se vende", afirmou, por questões de segurança cambial e logística.

Martorano, da CNH/Iveco, lembrou que o Inovar-Auto foi importante porque o Brasil "passou a exportar tecnologia para alguns países". Ele enfatizou essa questão, pois acredita que o País pode e deve ser mais criativo na busca da redução dos custos de produção. "Ainda estamos com o dogma de que para robotizar é preciso grande volume, mas nem sempre é assim", observou.

FUNDO DE INVESTIMENTO

Quanto à criação de um futuro fundo de apoio ao desenvolvimento da indústria local de autopeças, uma das propostas aventadas pelo Rota 2030, os executivos foram unânimes em dizer que não aprovam. "Há necessidade, pois alguns fornecedores estão em dificuldade", disse Simomura, da Toyota. "Mas é preciso fazer de forma que não aumente o custo. Dentro da Toyota temos o TPS, Toyota Production System, que permite que ajudemos os nossos fornecedores sem ser da forma monetária.

" Witt, do Grupo Caoa, disse que a montadora enfrenta as mesmas dificuldades de financiamento dos fornecedores nacionais. "Não temos alguém no exterior para pedir ajuda financeira", lembra. "Nossa parceria com a Chery não vai até o ponto de pedir dinheiro emprestado. Por isso preferimos investir em fornecedores estratégicos do que colocar dinheiro num fundo, que não sabemos como será administrado."

Roger Dias, da FCA, concorda: "É fato que temos fornecedores em situação financeira complicada. A melhor opção é que cada montadora faça essa gestão e atue melhor onde tem necessidade. Um fundo comum é complicado."

Witt, da Caoa, também fez questão de dizer que o setor precisa falar claramente com os sindicatos de que o perfil do empregado está mudando. "Não tem como incluir robôs

na linha de produção sem impactar na mão de obra, que precisa estar mais qualificada”, disse. “Estamos há muitos anos falando na questão tributária, mas ela não muda nunca. Então precisamos tomar decisões concretas de redução de custo e isso passa pela automação.”

PROXIMIDADE COM FORNECEDORES

No fim do painel, os executivos disseram que existe muita pressão de preços e por isso, a criatividade na busca de redução de custos continua sendo um diferencial. Mas que as oportunidades estão abertas para a indústria de autopeças. Simomura, da Toyota, disse que a chegada do novo modelo Yaris trouxe sete novos fornecedores de peças e componentes para a marca, além dos 72 que já tinha.

“Mais fornecedores estão chegando porque o Yaris está aumentando nosso nível de nacionalização”, revelou. Ele até deu uma dica à plateia: “Estamos procurando novos parceiros para a questão de tecnologia do Yaris”.

O crescimento da indústria está criando o que Martorano, da Iveco, chamou de “problema bom”. O executivo revelou que o aumento de 30% na procura de caminhões fez a Iveco buscar fornecedores duas cadeias de produção abaixo nos Estados Unidos. “Por isso precisamos estar mais próximos da nossa cadeia, comunicar melhor e revisar semanalmente.”

Já a fábrica da FCA em Pernambuco está produzindo 930 carros/dia e só os 16 fornecedores levados para dentro do parque industrial podem não dar conta, pois atendem 60% da necessidade. “Nosso desafio agora é levar fornecedores não para dentro do parque, mas para áreas ao redor dele, dentro de Pernambuco”, disse Roger Dias.

Para Celso Simomura, a proximidade com a indústria de autopeças é uma necessidade vital para a Toyota, pois a empresa prega a produção just-in-time não só para ela, mas também para os fornecedores. “Na fábrica de Sorocaba, que produz o Etios, tivemos um ganho logístico enorme, pois 80% do volume de peças está ali. Além disso, dos 11 fornecedores que temos em Sorocaba, quatro fornecem também para a fábrica de Indaiatuba (onde é feito o Corolla)”, revelou.

Foi essa filosofia que levou a FCA a investir R\$ 22 bilhões de 2012 para cá nas plantas de Goiana e Betim. “Hoje temos necessidade de envolver os fornecedores numa fase muito inicial do projeto”, comentou Dias.

No encerramento do painel, os executivos falaram sobre possíveis pressões de preço. Martorano, da CNH/Iveco, disse que “a pressão de preço continua muito forte”. Por isso, ele defende que a indústria de autopeças “desafie o status quo”, ou seja, que pense em novas alternativas. Simomura, da Toyota, disse que a proximidade com os fornecedores permitiu que 67% das propostas de engenharia dos fornecedores fossem implementadas e, por isso, a montadora conseguiu reduzir seus custos.

Witt, da Ccoa, afirmou que tem “pressão das commodities” e que “às vezes, o mais fácil é cortar o fornecedor”. Dias, da FCA, concorda que a pressão também é pelas commodities.

Sindipeças acredita na retomada em 2018

17/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Em sua apresentação durante o IX Fórum da Indústria Automobilística, realizado por Automotive Business no WTC, em São Paulo, o presidente do Sindipeças, Dan Ioschpe, contou com a participação direta do público. Sob o tema “Inovação, indústria 4.0 e competitividade, o novo papel das autopeças”, o executivo contou com uma pesquisa

eletrônica em tempo real, na qual os participantes do evento votaram em diversos cenários, com o executivo comentando os resultados na sequência.



A pesquisa abordou vários tópicos, sem revelar grandes divergências entre a opinião do público e a do dirigente. Sobre a produção de veículos para este ano, por exemplo, a maioria dos presentes (51,8%) indicou acreditar que ela será inferior a 3,1 milhões de unidades, enquanto para 36,3% ficará entre 3,1 milhões e 3,2 milhões de unidades.

“Mesmo assim, creio que atingiremos essa meta”, declara. O dirigente lembrou ainda a importância das exportações: “O aumento das vendas para os mercados de outros países pode compensar uma eventual queda do mercado interno.”

A questão “Qual é o principal problema para o setor de autopeças em 2018?” chamou a atenção dos participantes. A maioria (23%) apontou “Margens reduzidas nos fornecimentos”, seguida de “Excesso de tributos na cadeia” (21%), “Falta de política industrial de longo prazo” (19%) e “Preço elevado dos insumos” (12%).

Dan Ioschpe não só concordou com o resultado da votação, que também contava com itens como “Baixa demanda/Capacidade ociosa” e “Importações elevadas de peças e sistemas”, como também afirmou que estes são obstáculos comuns a qualquer setor produtivo no País.

“Se realizarem essa pesquisa com executivos de outras áreas, acredito que as respostas serão as mesmas”, comentou. O presidente do Sindipeças afirmou ainda que é importante para o Brasil continuar modernizando-se e apontou a reforma trabalhista recentemente aprovada como exemplo.

“Agora é preciso avançar em outras áreas”, acrescenta. “Hoje, um dos grandes problemas do País está na área tributária e isso precisa ser resolvido no próximo governo”, declara. Outro tema bastante lembrado a respeito da indústria automobilística nacional é a ociosidade no setor de autopeças.

Para 62,6% dos presentes ao fórum, ela vai cair neste ano, enquanto 27,4% acreditam que permanecerá nos atuais 33%. Dan Ioschpe não se mostra surpreso com o índice atual e lembra que há pouco tempo o setor estava fornecendo para cerca de 3 milhões de veículos e se preparava para ampliar sua capacidade para 5 milhões.

REFLEXOS DO INOVAR-AUTO

Na sequência foi abordada a questão sobre o Inovar-Auto. Para 41,1% dos participantes, o programa “trouxe vantagens para toda a cadeia automotiva”, enquanto 38,8% acreditam que ele resultou em “uma série de vantagens para as montadoras”. Em compensação, 17,3% dos presentes creem que o programa “não trouxe benefícios” e apenas 2,7% indicaram que ele “trouxe uma série de benefícios para o setor de autopeças”.

O presidente do Sindipeças viu o resultado com naturalidade, lembrando que o governo não ouviu o setor de autopeças ao elaborar o Inovar-Auto. “Mas é inegável

que o programa trouxe benefícios e elevou o nível dos veículos produzidos no Brasil”, observa. O fundamental, de acordo com o executivo, é evitar os erros do passado e revigorar os avanços conseguidos.

Essa percepção do público sobre o Inovar-Auto explica a falta de otimismo com o Rota 2030 (além do atraso na sua implantação). Apenas 11,8% dos participantes indicaram acreditar que o novo programa vai avançar plenamente, enquanto para a maioria (76%) o programa avançará moderadamente. Para 12,2%, o Rota 2030 não irá para frente.

O presidente do Sindipeças, mais uma vez, não estranhou o resultado da votação, mas fez questão de lembrar que o Rota 2030 “não é uma panaceia e não visa a resolver problemas, mas sim estabelecer regras e definir uma série de caminhos que a indústria automobilística deverá seguir, em termos de emissão, tecnologia e conectividade, por exemplo. O Rota 2030 não é solução e as pessoas não devem ver o programa dessa forma”.

O clima ficou mais otimista quando se abordou a situação atual do mercado. De acordo com 57,1% dos presentes, suas empresas manterão o nível de investimentos, enquanto 30,6% indicaram que suas empresas pretendem acelerar os investimentos no País.

Para apenas 12,3% dos participantes, os investimentos serão reduzidos. Dan Ioschpe fez questão de lembrar a importância dos investimentos em educação e aprimoramento da mão de obra que o Sindipeças ajuda a promover. Sobre o nível de emprego, 35,3% dos participantes indicaram que ele não vai se alterar em suas empresas neste ano, enquanto para 33,2% haverá crescimento até 5% e 23,3% preveem crescimento superior a 5%.

No tema exportações, o público mostrou algum ceticismo. A maioria acredita que as vendas para o mercado externo vão bem, mas para 30,8% as exportações ficarão estáveis, enquanto para 23,4% elas tendem a avançar. Em compensação, 45,8% preveem que os embarques não avançarão em virtude de dificuldades locais como tecnologia, logística e custos, por exemplo.

De acordo com Dan Ioschpe, as projeções do Sindipeças indicam que haverá aumento nas vendas para o exterior, mas aumentará também a quantidade de importações. Isso reforça, novamente, a importância do Rota 2030 para a definição dos caminhos que a indústria automobilística nacional vai seguir nos próximos anos.

Mais tecnologia eleva os preços dos carros no Brasil

17/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Alta de 56% em 3 anos no valor praticado decorre de novas exigências do consumidor

A exigência de novas tecnologias, por força da lei ou demanda do consumidor, foi o que mais impactou o preço dos carros no Brasil nos últimos dez anos, algo fácil de notar na evolução dos valores dos sedãs. A constatação foi feita por Vitor Klizas,

presidente da Jato Dynamics, durante o IX Fórum da Indústria Automobilística, realizado por Automotive Business no WTC, em São Paulo.

Em sua apresentação, Klizas revelou como é possível faturar mais vendendo menos nos dias atuais. Em 2008, os dez modelos mais vendidos do Brasil representavam 57% das vendas e 43% do faturamento. Já em 2018, os dez mais vendidos representam apenas 48% das vendas, quase dez pontos percentuais a menos, mas ainda assim sustentam 40% do faturamento.

A diferença está na aplicação de novas tecnologias pedidas pelos consumidores. Itens como transmissão automática, piloto automático, revestimento de couro e GPS passaram a equipar os dez carros mais vendidos do Brasil, numa mudança do perfil do consumidor. Segundo a Jato, até o tamanho das rodas mudou. Se em 2008 a maioria era de aço com aro de 14 polegadas de diâmetro, em 2018 a maioria passou a ser de liga leve e aro 15.

Com o fenômeno, os preços subiram acima da inflação. Os sedãs compactos foram de R\$ 58,4 mil para R\$ 58,7 mil em três anos. Os reajustes no período somaram 19,7%. Já os sedãs médios passaram de R\$ 65,2 mil para R\$ 101,8 mil. Neste caso, a alta totalizou 56%.

Nos hatches compactos, segundo a Jato, o valor médio passou de R\$ 45,6 mil em 2015 para R\$ 56,5 mil em 2018. E os SUVs subiram de uma média de R\$ 80,3 mil para R\$ 98,4 mil nos últimos três anos.

Segundo a Jato Dynamics, direção assistida, ar-condicionado e travas elétricas já estão em 100% dos dez carros mais vendidos do Brasil. E tecnologias de conectividade como Android Auto e Apple CarPlay integram 46% dos modelos. Além disso, as telas multimídia aumentaram de tamanho. Antes com menos de 7 polegadas, passaram a 8" na maioria dos carros.

CAMPANHAS NACIONAIS DE VAREJO

Vitor Klizas alertou que atualmente é perigoso fazer campanhas nacionais de promoção de preço por causa das diferenças de preços praticados em diferentes regiões analisadas. "Campanhas nacionais têm possibilidade de insucesso muito grande, pois as condições do mercado são muito diferentes" afirma.

Um dos exemplos mostrados foi da Toyota. Um Corolla com desconto de R\$ 2,5 mil em São Paulo tinha abatimento de R\$ 5 mil no Rio de Janeiro (diferença de 50%), enquanto um Etios com desconto de R\$ 3 mil no Rio de Janeiro tinha abatimento de R\$ 2 mil em São Paulo (diferença de 33%). Há casos piores, como o Chevrolet Onix com desconto de R\$ 4,2 mil no interior de São Paulo e R\$ 1,2 mil em Fortaleza (diferença de 71%).

A distribuição da frota circulante no Brasil também tem mudado bastante. Klizas informa que a Jato Dynamics considera um total de 40 milhões de automóveis "porque os carros não são highlanders, não duram para sempre".

Por esses números, "a frota do Nordeste evoluiu muito e ficou próxima à do Sul", diz Klizas. "É a menor diferença histórica."

O Nordeste responde hoje por 16,1% da frota nacional, ante 19,7% do Sul. A maior é a do Sudeste, com 49,4%. O Centro-Oeste tem 10,1% e o Norte, 4,8%.

Caminhões terão alta de 27,5% em 2018, diz Carcon Automotive

17/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Ronaldo Lima, gerente de desenvolvimento de forecast da Carcon Automotive

Com a autoridade de quem acertou na mosca a previsão de que o mercado interno teria 52 mil caminhões emplacados em 2017, a consultoria Carcon Automotive fez outra estimativa para o segmento de veículos de carga durante o IX Fórum da Indústria Automobilística, realizado por Automotive Business no WTC, em São Paulo.

Segundo Ronaldo Lima, gerente de desenvolvimento de forecast da Carcon Automotive, o crescimento da economia, a taxa de juros baixa, a inflação sob controle e a confiança da indústria e dos consumidores são fatores que fazem a empresa prever um bom crescimento no mercado de pesados.

A previsão de ótimas safras de grãos (229,5 milhões de toneladas) e de cana de açúcar (635,6 milhões de toneladas) também foram fatores considerados pela Carcon Automotive. Durante sua apresentação no fórum, Ronaldo Lima disse que a consultoria prevê um aumento de 27,5% no mercado de caminhões para este ano, passando de 51,9 mil para 66,2 mil unidades. Ele salientou, entretanto, que a recuperação do mercado será maior entre os caminhões pesados, acima de 30%, enquanto o de outros segmentos ficará abaixo, na casa dos 20%.

Para os ônibus a Carcon prevê uma melhora mais modesta, de 19%, com as vendas internas passando de 11,7 mil em 2017 para 14 mil unidades este ano. Mesmo assim, é um crescimento mais consistente que o do ano passado, que foi de 5,3%. Ronaldo Lima também fez uma pequena provocação em sua apresentação, perguntando: “Estamos preparados para o crescimento?”

Isso porque, segundo estudos da Carcon Automotive, o prazo de entrega de caminhões já é de 70 dias, tempo quase três vezes maior do que ocorreu em meses anteriores. Considerando os números de caminhões e ônibus, a Carcon prevê crescimento de 17% na produção de veículos pesados.

A estimativa da empresa é de que a produção passe de 114,7 mil para 134 mil veículos em 2018.

IHS Markit prevê atraso de 10 anos em projeções

17/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Carlos da Silva, gerente da IHS Markit (foto: Ruy Hizatugu)

Segundo a consultoria, período crítico obriga a análises mais voltadas ao curto prazo

Apesar do crescimento das vendas de veículos leves em 2017 e da expectativa de avanço maior este ano, o “período crítico” do mercado ainda não passou. Essa foi a

mensagem de Carlos da Silva, gerente da consultoria IHS Markit **para a América do Sul, no IX Fórum da Indústria Automobilística, realizado por Automotive Business no WTC, em São Paulo.**

"Ainda estamos num período crítico do mercado", recorda. Segundo ele, a previsão de 2,85 milhões de veículos leves em 2018 era baseada em fatores macroeconômicos, mas que a situação do Brasil obrigou a empresa a fazer perspectivas de curto prazo para seus clientes. Ele descartou grandes saltos na recuperação da indústria automobilística, não apenas nas vendas internas, mas também nas exportações.

Dentro de um cenário mundial de 95,9 milhões de veículos leves vendidos e de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro na casa de 5% em 2020 e de 3% nos dois anos seguintes, com o dólar próximo dos R\$ 4 em 2022, a IHS Markit disse que o crescimento das exportações também será mais lento que em 2017.

"As exportações agora estão num nível que permite amortecer um pouco da situação do mercado interno, mas o crescimento não será mais na casa dos dois dígitos com aconteceu em 2017", afirmou Da Silva, que previu expansão menor que 5% para as vendas externas.

Ele também apresentou um quadro com o nível de utilização das fábricas de veículos leves instaladas no Brasil, que chegou a 72,3% no primeiro trimestre deste ano. Segundo a IHS Markit, as fábricas da Hyundai e da PSA aumentaram a produção em 10,5% e 3,1%, respectivamente, operando no total de suas capacidades.

As fábricas da Honda, Toyota, Renault e GM já operam acima da média do mercado. Apesar de terem 26,3% e 28,4% de ociosidade, respectivamente, as fábricas da Ford e da Volkswagen já estão praticamente na média de utilização. As que ainda operam muito abaixo da capacidade são as fábricas da FCA, com 48,8% de ociosidade, refletindo a grande utilização (agora em três turnos) da planta de Goiana (PE) e o ritmo abaixo do recomendável em Betim (MG).

Anfavea confia na aprovação do Rota 2030 para maio

17/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Antonio Megale, presidente da Anfavea (foto: Ruy Hizatugu)

Representantes do setor esperam se reunir com o governo na próxima semana para definir próximos passos

O programa **Rota 2030** deve mesmo ser divulgado dentro do próximo mês, confia Antonio Megale, presidente da **Anfavea**, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

"Teremos uma nova reunião na próxima semana com o governo (agendada para dia 24). Tudo indica que será anunciado em maio, só não quero divulgar uma data porque ele já foi adiado outras vezes", afirma o executivo. A informação foi divulgada durante a apresentação de Megale no **IX Fórum da Indústria Automobilística**, realizado por **Automotive Business** no WTC, em São Paulo.

Megale rebateu o argumento dos que acusam o programa como instrumento de

benefício às montadoras. "Tivemos mais de 100 reuniões técnicas com o governo. O programa exigirá investimento em pesquisa."

O executivo ressalta que, apesar do desenvolvimento dos veículos elétricos, os motores de combustão interna terão espaço no País por muito mais tempo por causa do etanol, mas é preciso um programa que mantenha o investimento local no desenvolvimento de uso dos biocombustíveis.

"O desenvolvimento precisa ocorrer aqui. O tema central do Rota 2030 será a geração de conhecimento, já que o avanço tecnológico também passará pela cadeia de fornecedores", afirma Megale. Ele recorda que todos os grandes países têm uma política industrial para o setor automobilístico.

Megale se mostrou confiante na retomada da indústria com mercado doméstico e exportações em alta. "Este ano o Brasil produzirá entre 3,05 e 3,1 milhões de veículos e a exportação será recorde, com mais de 800 mil veículos." De acordo com o executivo, a média diária de emplacamentos se manteve próxima a 10 mil unidades na primeira quinzena de abril, com vantagem de 16% até o momento sobre igual período de 2017.